

Sem acordo, diretrizes para o Orçamento ficam para agosto

Impasse sobre **reajuste** a aposentados e pensionistas levou ao **adiamento** da votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelo Congresso, que não terá recesso. O governo deverá prever gastos para 2007 com base em **projeções** e metas estabelecidas na LDO enviada em abril deste ano.

PÁGINA 3

Nova regra para o saneamento prevê controle social sobre os serviços

PÁGINA 5

CPI da Emigração Ilegal propõe apoio a brasileiros que vivem no exterior

PÁGINA 10

Eleições de outubro mudam configuração do Senado em 2007

PÁGINA 9

Balanço de atividades do Senado supera expectativas

PÁGINA 12

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

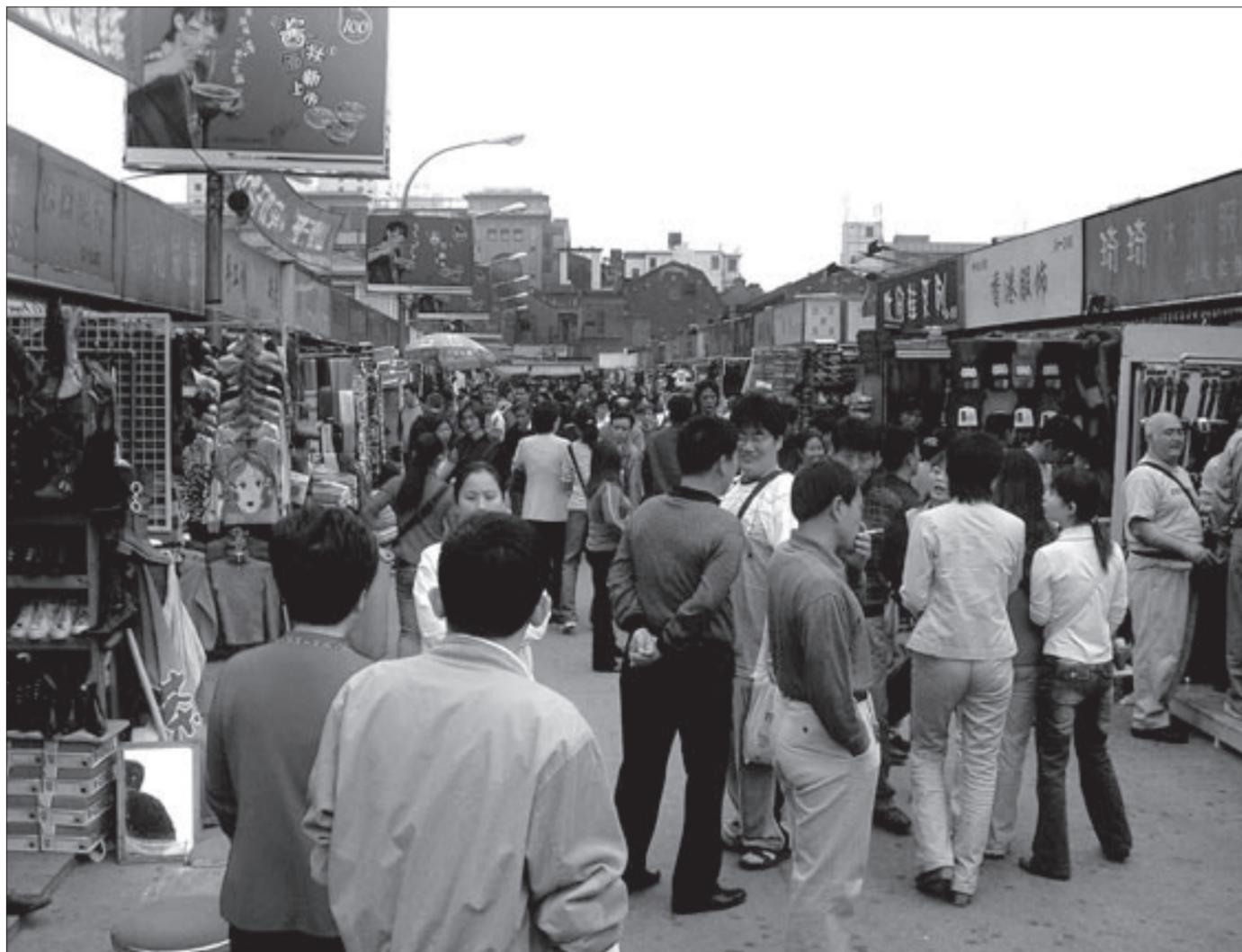
Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

ACONTECEU NO SENADO

Página 15



DOMÍNIO PÚBLICO

Brasil x China

Terceiro maior parceiro comercial do Brasil, a China é acusada pela indústria brasileira de protecionismo e desrespeito às regras da OMC

Empresários apontam concorrência desleal

Empresários brasileiros consideram que a China não pratica uma economia de mercado por não obedecer as regras da Organização Mundial do Comércio, o que resultaria em concorrência desleal. Reunidos em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos proposta pelo senador Pedro Simon, representantes da indústria

brasileira alertam para prejuízos causados pelas diferenças nas condições de competitividade. O governo do Brasil se esforça para ampliar as relações comerciais com a China, hoje nosso terceiro maior parceiro comercial, mas os acordos firmados nos últimos quatro anos ainda não saíram do papel, afirmam especialistas.

PÁGINA 7

Hélio Costa: “Vamos fazer uma TV digital para todos”

PÁGINA 8

cidadania

Veja como registrar filmes, pinturas e obras de arquitetura

Fez um filme, um quadro, uma escultura, um projeto de engenharia? Registre, proteja esse patrimônio e assegure seus direitos de autor. *O Especial Cidadania* mostra como fazer.

PÁGINA 16

gendagendaendagen **agenda** gendagendaendagen

Brasil assume o comando do Mercosul

Os países-membros do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela) se reunirão em Córdoba, na Argentina, a partir desta quarta-feira. Até a sexta-feira, os presidentes discutirão o aprofundamento da integração regional para tentar diminuir as divergências que se tornaram evidentes nos últimos anos e colocaram o bloco em crise.

Na ocasião, o Brasil assume a presidência *pro tempore* do Mercosul. Isso significa que o país será responsável por organizar e sediar as reuniões do bloco, entre elas os encontros da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM). Atualmente presidente da seção brasileira, o senador Sérgio Zambiasi



Atual presidente da sessão brasileira, Sérgio Zambiasi passa a dirigir a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

(PTB-RS) assume o comando da comissão durante reunião na cidade argentina.

Zambiasi disse ao **Jornal do Senado** que irá acelerar o processo de constituição do Parlamento do Mercosul, previsto em acordo

assinado em dezembro do ano passado. Conforme o documento, o colegiado será criado ainda sob a presidência brasileira, em dezembro de 2006, e instalado em Montevidéu, capital do Uruguai.

Entrada da Venezuela e novo parlamento são desafios

O comando do Mercosul – que foi ampliado após a adesão da Venezuela, mas ainda enfrenta importantes desafios políticos e econômicos – passa nesta semana às mãos do Brasil. Ao assumir a presidência da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), na quinta-feira, o senador Sérgio Zambiasi terá pela frente a dupla tarefa de integrar a Venezuela na comissão e de preparar a instalação do Parlamento do Mercosul até o fim de 2006.

A Venezuela já tem direito a voz nas reuniões dos órgãos liga-

dos ao bloco. Mas só terá direito a voto depois da ratificação do protocolo de adesão pelos parlamentos dos cinco Estados-partes – além da própria Venezuela, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

A criação do Parlamento do Mercosul está em uma etapa mais adiantada. O protocolo assinado com esse objetivo foi aprovado pelo Congresso do Paraguai e encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara, último passo antes de chegar ao Plenário. Uma vez instalado,

o Parlamento funcionará como fórum permanente para o debate de temas tão polêmicos como os previstos na agenda da reunião plenária da CPCM e da cúpula dos presidentes do Mercosul.

O debate sobre as chamadas “assimetrias” tem lugar certo nessa agenda. Os dois sócios menores do bloco – Paraguai e Uruguai – têm criticado os dois maiores – Argentina e Brasil – por promoverem negociações bilaterais em temas polêmicos e insinuam deixar o bloco se não forem contemplados com maiores benefícios econômicos.

Bloco ampliado gera debate entre governo e oposição

A ampliação do Mercosul, com a adesão da Venezuela, e a atual condução política do bloco econômico transformaram-se em novos temas de debate entre oposição e governo. Se de um lado a oposição alerta para o risco de crescimento da liderança do presidente Hugo Chávez no continente, parlamentares ligados ao governo preferem identificar no ingresso do novo sócio uma grande oportunidade econômica.

Para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), a Venezuela tem problemas tarifários para se adaptar ao Mercosul e

dispõe de uma economia “frágil” quando comparada à situação do Brasil e da Argentina. A seu ver, os aliados preferenciais do Brasil no continente deveriam ser os presidentes do Uruguai, Tabaré Vázquez; do Chile, Michelle Bachelet; da Colômbia, Álvaro Uribe; e do Peru, Alan García.

– A entrada em si da Venezuela não é ruim. Mas existe um problema técnico e um problema político, pois Chávez quer entrar para liderar o bloco e para fazer com que nós viremos as costas para a Alca – alertou Virgílio, integrante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional (CRE), em referência às negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas.

Por sua vez, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), igualmente membro da CRE, destaca o peso econômico da Venezuela, grande produtor de petróleo. Suplicy observa que, com o ingresso do novo sócio, o Mercosul passa a responder por 75% do produto interno bruto (PIB) da América do Sul.

– O ingresso da Venezuela dá novo impulso ao Mercosul. Agora o bloco precisa buscar a integração econômica e social.

Pavan reclama verbas para Santa Catarina

Leonel Pavan (PSDB-SC) disse estar decepcionado com o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, que teria descumprido promessa de liberação de verbas para uma série de municípios de Santa Catarina. As verbas foram destinadas às localidades devido a emendas apresentadas ao Orçamento da União por esforço do senador.

– Por que os recursos não foram liberados? O governo está prejudicando municípios pequenos. Encaminhei os projetos conforme o ministério pediu. Os

prefeitos vieram a Brasília, gastaram diárias, perderam tempo e não conseguiram liberar nada.

O senador encaminhou à Mesa a lista das localidades que seriam beneficiadas pela Emenda de Bancada 71260013 – LOA/2006 – 54101 – Ministério do Turismo, num total de R\$ 11,05 milhões. Segundo Pavan, a emenda de bancada teria o valor total de R\$ 20 milhões, mas ele teria aberto mão de R\$ 5 milhões, por acordo com Mares Guia e o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), para que o

governo pudesse liberar recursos de emendas da senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

– Dos R\$ 5 milhões que dei para a emenda do PT, liberaram mais de R\$ 3 milhões para o turismo. Por que essa discriminação? Mesmo sendo da oposição, tenho ajudado o Ministério do Turismo, encaminhando emendas para reforçar o caixa da pasta – disse Pavan, ao frisar ter sido autor das propostas que levaram à criação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado.

Presidência

Intercâmbio técnico-científico entre Senado e Petrobras

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, assinaram, na terça-feira passada, protocolo de intenções entre as duas instituições com a finalidade de promover intercâmbio técnico-científico e cultural.

Renan explicou que esse tipo de cooperação entre o Senado e a Petrobras pode contribuir para estimular o desenvolvimento institucional e o aperfeiçoamento dos servidores de ssas instituições.

Com o intercâmbio, disse o senador, os servidores da Casa poderão participar de cursos e treinamentos patrocinados pela Petrobras e vice-versa. Essa troca de experiência, destacou Renan, reverterá em benefício de ambas as instituições e contribuirá para a melhora dos serviços prestados.

– A dinamização da economia, com geração de renda e emprego, exige agentes públicos qualificados e flexíveis.

O senador afirmou ainda que o intercâmbio com a Petrobras poderá contribuir para o enriquecimento do debate legislativo, uma vez que os servidores do Senado poderão participar de fóruns e seminários sobre questões re-

lacionadas à matriz energética brasileira, modelos de regulação, segurança jurídica para os investimentos em petróleo, entre outros temas.

Para o presidente da Petrobras, o acordo com o Senado vai permitir à instituição o acesso aos cursos e treinamentos oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) sobre processo legislativo. Gabrielli ressaltou que o intercâmbio possibilitará realizar a tradução dos interesses nacionais em ações legislativas.

– A colaboração entre o conhecimento técnico específico da Petrobras, que é capaz de transformar uma riqueza do subsolo em uma riqueza para a vida, e a capacidade de gestão, de articulação e de procedimentos e regulamentos do Senado é a contribuição para o povo brasileiro – salientou.

Participaram também da solenidade de assinatura do acordo o 1º secretário do Senado, senador Efraim Morais (PFL-PB); o diretor-geral, Agaciel da Silva Maia; o diretor da consultoria legislativa, Sérgio Francisco Pires de Oliveira Penna; o diretor da Secretaria de Recursos Humanos, João Carlos Zoghbi; e a diretora da Secretaria da Biblioteca, Simone Bastos, entre outros.



Renan Calheiros (D), na cerimônia de assinatura do protocolo, ao lado de José Sérgio Gabrielli, Agaciel Maia e Efraim Morais

Renan recebe apelo do governador do Piauí pela aprovação do Fundeb

O governador do Piauí, Wellington Dias, fez apelo, na última quarta-feira, ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que seja logo aprovada pelas duas Casas do Congresso a Proposta de Emenda à Constituição 9/06. A PEC cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e está tramitando na Câmara dos Deputados.

Na quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara acolheu o substitutivo que o Senado havia aprovado

no último dia 7 à PEC do Fundeb. A proposta seguirá agora para análise de uma comissão especial, conforme as normas regimentais daquela Casa legislativa.

Renan prometeu que a PEC do Fundeb será votada na primeira semana de agosto.

– É uma matéria importante para muitos estados do Brasil. Qualquer recurso que vá para estados pobres beneficia muito a população, porque ajuda na redução da desigualdade e cria mais condições para a qualidade do ensino – salientou o presidente do Congresso.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA A QUINTA-FEIRA

14h - Sessões não-deliberativas

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

ORÇAMENTO Governo pode ser obrigado a organizar gastos com base nas projeções do texto da LDO enviado em abril

Eleitos senadores da Comissão Representativa

Na sessão plenária de quarta-feira passada, foram eleitos os senadores que integrarão a comissão que representará o Congresso Nacional durante o recesso parlamentar previsto para o período de 18 a 31 de julho. A Comissão Representativa, que tem como membros

titulares 17 deputados e sete senadores, com igual número de suplentes, deverá se incumbir dos trabalhos administrativos do Congresso durante a última quinzena de julho.

Veja abaixo quais são os senadores que integrarão a Comissão Representativa.

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL-PSDB)
Titulares: Paulo Octávio (PFL-DF), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Leonel Pavan (PSDB-SC) Suplentes: Jonas Pinheiro (PFL-MT), Edison Lobão (PFL-MA) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
PMDB
Titulares: Renan Calheiros (AL), presidente do Senado, e Ney Suassuna (PB) Suplentes: Valdir Raupp (RO) e Wellington Salgado (MG)
Bloco de apoio ao governo (PT-PL-PSB)
Titular: Ideli Salvatti (PT-SC) Suplente: Sibá Machado (PT-AC)
PDT-PTB-PSOL-PCdoB-PRB
Titular: Heloísa Helena (PSOL-AL) Suplente: ainda não indicado

Governo ganha prazo para renegociar a Super-Receita

A votação do projeto que cria a Super-Receita acabou adiada para agosto, depois que os governistas se mobilizaram na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para ganhar tempo e discutir melhor as medidas de proteção ao contribuinte. A que gerou maior polêmica exige que haja autorização judicial para que o fisco desconsidere a personalidade jurídica quando constatar relações de trabalho que caracterizem vínculos empregatícios de pessoa física.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encampou as críticas do sindicato dos auditores fiscais da Receita, o Unafisco, que em nota técnica considera que, ao impedir que a própria fiscalização possa desclassificar a

medidas de proteção ao contribuinte, sugeridas pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), são importantes para equilibrar o relacionamento com o novo fisco. Representantes de entidades empresariais reclamaram, durante as audiências públicas na CAE, de comportamentos "prepotentes e abusivos" da Receita. Mesmo assim, Tourinho comprometeu-se a analisar o documento do Unafisco.

O relator apresentou adendo ao seu parecer acolhendo duas propostas na área de pessoal da Receita e uma terceira, a pedido do senador

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que autoriza os estados a renegociarem suas dívidas com o INSS em até 240 meses, mesmo prazo concedido aos municípios.

O pessoal de apoio da Receita Federal, enquadrado no Plano de Classificação de Cargos, obteve por meio de emenda de Suplicy, acolhida pelo relator, o compromisso do Executivo de enviar – 60 dias após a publicação da lei que vai unificar as estruturas de fiscalização e de arrecadação fiscal e previdenciária – projeto que instituirá um plano de carreira específico.

A outra emenda acatada por Rodolpho Tourinho amplia a participação dos técnicos da Receita Federal nos processos de compensação de tributos – pelo projeto, passam a ser "analistas tributários".

Relator acha importantes medidas de proteção ao consumidor



Renan Calheiros com Ricardo Barros: Orçamento de 2007 ainda sem parâmetros definidos

Embate sobre a LDO prossegue até agosto

Alvejada pelas disputas políticas, a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 foi adiada para agosto. Isso significa que, pelo segundo ano consecutivo, o governo terá de elaborar o projeto de lei orçamentária para o ano que vem sem parâmetros aprovados pelo Congresso e deverá organizar seus gastos com base nas projeções e diretrizes estabelecidas na LDO enviada em abril deste ano.

Essa situação evidencia, segundo o relator da LDO, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que não há como o governo abrir mão do mecanismo que autoriza a liberação de investimentos se o Orçamento não for aprovado até o final de 2006. O PSDB e o PFL são contrários a esse novo dispositivo, que autoriza 1/12 avos do valor das dotações para obras que já estejam em andamento.

Na LDO de 2006, essa flexibilização só valia para as despesas de custeio e o governo teve de recorrer aos valores empenhados no final de 2005 e inscritos em "restos a pagar" para não paralisar obras. Dessa maneira driblou a falta do Orçamento, aprovado em abril deste ano. Mesmo assim, as estatais, responsáveis pela maior fatia dos investimentos federais, tiveram de aguardar a lei para rea-

lizar os seus empreendimentos.

Dessa vez, o motivo para não oficializar o recesso parlamentar do meio do ano não foram as CPIs, como a dos Correios e a do Mensalão – que aguçaram as divergências entre oposicionistas e governistas em 2005 –, mas quem vai arcar com o ônus eleitoral se os 8 milhões de aposentados e pensionistas que recebem mais de um salário mínimo ficarem sem reajuste?

O impasse agora é a votação da MP 291, que atualiza em 5% as aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A oposição insiste em 16,67%, reajuste vetado pelo

presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada. A estratégia, segundo parlamentares governistas, foi evitar a oficialização do recesso para apressar a contagem do prazo de vigência da MP, que perde sua eficácia no próximo dia 10 de agosto. Com a suspensão oficial dos trabalhos, a MP só caducaria dia 24 de agosto. Para tanto, a manobra foi adiar a votação da LDO.

No entanto, apesar da insistência de Jucá em cobrar o acordo que viabilizou a votação do pro-

jeito de lei na Comissão Mista de Orçamento (CMO) – de não haver alteração do texto no Congresso –, o líder do governo no Senado sabia das suas fragilidades. "Agora quero acordo entre os líderes por escrito", desabafou Jucá na última quarta-feira, diante das declarações dos oposicionistas de que não aceitavam a liberação de recursos para investimento sem Orçamento aprovado.

Os obstáculos para votar a LDO não foram só a MP 291 e

o dispositivo que autoriza o governo a investir se o Congresso não aprovar a lei orçamentária. O deputado Ricardo Barros (PP-PR), que defende mudanças no funcionamento da CMO, ameaçou pedir verificação de quórum na sessão do Congresso caso a proposta com o novo rito orçamentário não fosse colocada em votação, para que "as posições contrárias do PMDB e do PL ao projeto venham à tona".

Ao PMDB, não interessa o rodízio na CMO entre partidos e integrantes, pois perderia, por exemplo, a relatoria setorial de infra-estrutura – que coordena há anos. No caso do PL, a redução do número de membros deixaria a legenda sem representante.

Reajuste para aposentados está por trás do embate político no Congresso

Sem votação não há recesso, assegura Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que, enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 não for aprovada, o Congresso Nacional continuará funcionando normalmente. No entanto, disse ele, será necessário fazer acordos com as lideranças para realizar esforços concentrados durante o período de 18 a 31 deste mês, quando as sessões serão não-deliberativas. Caso não haja acordo nem apoio aos esforços concentrados, informou, não haverá quórum nesse período, pois os parlamentares estarão em campanha nos estados.

Renan afirmou que o Senado já votou praticamente todas as matérias que estavam na pauta, faltando apenas examinar algumas indicações da Presidência para cargos em agências reguladoras.

O presidente do Senado explicou que um dos pontos que impede a votação da LDO é o artigo que estabelece que, se o Orçamento não for votado até o fim de cada ano, valerá a proposta orçamentária enviada pelo Executivo. Pela Constituição, o Orçamento não pode ser executado sem a aprovação do Congresso Nacional.

– Estamos tentando contornar

[o problema] para votar a LDO e possibilitar o recesso, mas ainda não foi possível – lamentou.

Veto a reajuste do INSS é criticado por Renan

Em relação ao veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao reajuste de 16,67% para os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Renan destacou que a decisão não expressa o sentimento do Congresso. A apreciação do veto, observou ele, vai depender de acordo com o PT e com as lideranças partidárias.

PLENÁRIO Proposta de Antonio Carlos Magalhães obriga presidente a cumprir lei orçamentária votada pelo Congresso



Com quatro emendas, projeto ainda precisa de nova votação na Casa antes de seguir para a Câmara

Orçamento impositivo aprovado em 1º turno

Com 56 votos a favor e apenas 1 contrário, o Senado aprovou, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional que obriga o governo a executar o Orçamento aprovado pelo Congresso (orçamento impositivo). Se não o fizer, o presidente da República estará cometendo crime de responsabilidade. O projeto ainda será votado em segundo turno, sendo depois encaminhado ao exame da Câmara dos Deputados.

A proposta (PEC 22/00) foi apresentada há seis anos pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e, durante as discussões, recebeu quatro emendas. De acordo com uma delas, o governo terá que apresentar em 120 dias um projeto de lei complementar regulamen-

tando os termos das mudanças. Não há prazo para a votação da regulamentação, mas um dos artigos da PEC determina que as mudanças serão introduzidas no segundo ano depois da aprovação da emenda constitucional. Se ela for votada neste ano na Câmara, o orçamento impositivo seria aplicado em 2009.

O presidente ainda poderá modificar a lei orçamentária, desde que envie ao Congresso um pedido com justificativas econômicas e financeiras. Os deputados e senadores terão 30 dias para aprovar ou rejeitar as mudanças e, se não se manifestarem, a intenção presidencial será considerada aprovada.

A PEC também faz mudanças nos prazos de tramitação das leis orçamentárias. O governo

terá de enviar ao Congresso o projeto do Orçamento anual até o fim de maio, e não agosto, como é atualmente. Por sua vez, os deputados e senadores deverão votar a proposição até o fim de dezembro se quiserem entrar em recesso em janeiro. Hoje, não há essa exigência e tem se tornado comum a votação já no próprio ano da execução orçamentária.

Os líderes apoiaram a emenda e pediram a sua aprovação, inclusive o PT. A líder Ideli Salvatti (SC) advertiu que, na Câmara, o governo vai lutar para que a vigência da mudança seja gradativa.

Quatro emendas do ex-líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), foram aprovadas, uma delas estendendo as mudanças aos estados e municípios.

Sistema antidrogas pronto para sanção

Os senadores aprovaram, com modificações, o substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado (PLS 115/02) que altera, depois de 20 anos, a legislação brasileira antidrogas. A matéria segue para sanção presidencial.

O projeto institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), determina medidas de prevenção ao uso indevido, prevê a reinserção social de usuários e dependentes e estabelece normas para a repressão ao tráfico.

Várias modificações inseridas pelos deputados terminaram re-

jeitadas e alguns pontos do texto original do Senado foram reinseridos. Romeu Tuma (PFL-SP), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, elogiou o esforço pela aprovação da proposta, que, conforme destacou, faz modificações importantes na atual legislação antidrogas.

A principal inovação é a diferenciação entre usuário e traficante de drogas, que até então não existia na legislação brasileira.

Ao fixar as diretrizes das políticas públicas sobre drogas, o texto institui "penas menos estigmatizantes para o usuário de entor-

pecentes", diz Tuma. O projeto inclui os familiares do usuário como alvo das políticas públicas de atenção e reinserção social e mantém o rito dos julgados especiais na avaliação dos casos de consumo indevido de drogas.

De acordo com Tuma, o encaminhamento do usuário ao juizado especial criminal segue a linha de não-estigmatização e da eficiente resolução dos conflitos de menor potencial ofensivo. A prisão, diz ele, não é o lugar apropriado para o usuário de drogas, que deve ser alvo de medidas de caráter educativo, e não de encarceramento.

Diretores de agências ratificados pelo Plenário

O Plenário do Senado aprovou as indicações de quatro diretores das seguintes agências reguladoras: Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), essa última com duas designações. Além disso, foi aprovado o nome da nova diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a

(CI); a que se refere à ANS foi avaliada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS); e as relativas à CVM e ao Cade, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na Anac, o Senado confirmou o nome de Josef Barat para o cargo de diretor. Já na ANS, o diretor aprovado é Eduardo Marcelo de Lima Sales. E na Antaq foram confirmados na diretoria Décio Mauro Rodrigues da Cunha e Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa.

O nome de Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana foi aprovado para o cargo de diretora da CVM. Finalmente, Luís Fernando Rigato Vasconcelos e Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado foram reconduzidos aos cargos de conselheiros do Cade.

Nomes foram indicados para agências reguladoras, CVM e Cade

Nova lei admite mídia eletrônica como prova

O Senado aprovou e enviou à sanção presidencial o projeto de lei da Câmara (PLC 95/01) que admite decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial, para fins de interposição de recurso especial dirigido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A proposta contempla o desenvolvimento tecnológico no armazenamento de dados e moderniza a exigência legal na apresentação de documentos originais e/ou autenticados à Justiça.

– Se esse é, modernamente,

o principal repositório de jurisprudência do país, não se justifica não servir os acórdãos disponíveis na internet para prova de divergência jurisprudencial – defende o autor, o então deputado Edison Andrino (PMDB-SC).

O relator, senador Almeida Lima (PMDB-SE), argumenta em seu voto pela aprovação da matéria que o projeto atualiza procedimentos judiciais com o uso da mídia eletrônica e ressalta que os tribunais federais prepararam-se para adotar códigos de barra nos processos com vistas à redução do tempo de recepção, classificação e distribuição.

Criado o Dia Nacional do Biomédico

Projeto de lei (PLC 9/06) que institui o Dia Nacional do Biomédico, a ser comemorado no dia 20 de novembro, foi aprovado pelo Senado e vai à sanção.

De autoria do deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), o PLC foi relatado na Comissão de Educação por Augusto Botelho (PDT-RR).

O biomédico é o profissional formado em Ciências Biológicas que realiza análises físico-químicas e microbiológicas e, sob supervisão médica, também atua em serviços de hemoterapia, de radiodiagnóstico e outros serviços para os quais esteja legalmente habilitado.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL - Sete acordos internacionais firmados pelo Brasil foram aprovados pelo Plenário, entre eles o da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Combate à Aids (2002), o de cooperação científica e tecnológica com a África do Sul (2003), o relativo ao tráfico ilícito de armas de fogo com a Argentina (2003) e o de assistência jurídica gratuita para os cidadãos dos países-membros do Mercosul (2000).

ACORDOS BILATERAIS - O Senado aprovou e enviou à Mesa do Congresso Nacional para promulgação acordos internacionais firmados entre o governo brasileiro e outros nove países: República Dominicana, Rússia, Sudão, Síria, Marrocos, Suíça, Uruguai, África do Sul e Croácia. As áreas abordadas pelos acordos vão desde extradição de criminosos até turismo, passando por cooperação técnica e desenvolvimento econômico e social.

TRÁFEGO MARÍTIMO - Seguiu para promulgação o decreto legislativo (PDS 205/05) que emenda a Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, de 1965, ratificado na semana passada pelo Plenário. Apesar dos 41 anos entre a assinatura do acordo e sua aprovação no Congresso, as alterações já vinham sendo cumpridas pelo Brasil e têm o objetivo de modernizar e adaptar as práticas portuárias comerciais à nova realidade tecnológica.

DOAÇÃO DE HELICÓPTERO - O Poder Executivo e a Marinha do Brasil foram autorizados pelo Plenário do Senado a doar um helicóptero Esquilo Biturbina N-7061 para a Armada da República Oriental do Uruguai. O PLC 16/06 vai à sanção presidencial. A aeronave, de fabricação nacional e já usada, será doada ao país vizinho no estado em que se encontra e as despesas para o traslado correrão por conta da Armada do Uruguai.

RESGATE NO HAITI - Realizada em fevereiro de 2004, a operação da Força Aérea Brasileira (FAB) e dos fuzileiros navais que retirou os brasileiros residentes no Haiti, após o golpe de estado naquele país, foi ratificada pelo Plenário. A missão também ajudou a evacuar outros cidadãos de países vizinhos ao Brasil e dar segurança às nossas instalações diplomáticas na capital, Porto Príncipe. Desde maio de 2004, tropas brasileiras participam da força de paz das Nações Unidas.

NOVOS EMBAIXADORES - As indicações presidenciais de novos embaixadores do Brasil em sete países foram aprovadas pelo Plenário: Frederico Duque Estrada Meyer, no Cazaquistão; Renata Stille, na Armênia; Georges Lamazière, na Dinamarca e, cumulativamente, na Lituânia; Pedro Motta Pinto Coelho, em Israel; Paulo Dyrceu Pinheiro, no Catar; Jacques Claude François Guilbaud, na Guiné; e Bernardo de Azevedo Brito, no Iraque (provisoriamente em Amã, na Jordânia).

PLENÁRIO STF decidirá se titularidade da prestação dos serviços de saneamento será de estados ou municípios



Entrega do projeto a Renan (centro). À esquerda, senadores Luiz Otávio, Suassuna e Antonio Carlos; à direita, ministro Márcio Fortes, César Borges e Julio Lopes

Senado aprova regras do saneamento básico



O assunto passou 20 anos em discussão no Congresso. Mas na semana passada o Senado finalmente aprovou por unanimidade o projeto que cria um marco regulatório para o saneamento básico. Agora, falta a palavra final da Câmara sobre o assunto. O texto aprovado foi elaborado pela Comissão Especial Mista de Saneamento. Instalada em 30 de maio, a comissão consolidou as propostas para o setor, especialmente o projeto de lei (PLS 155/05) do senador Gerson Camata (PMDB-ES), e o projeto (PL 5.296/05) apresentado no ano passado pelo então ministro das Cidades, Olívio Dutra. O relator da comissão foi o deputado Julio Lopes (PP-RJ).

Presidente da comissão, o

senador César Borges (PFL-BA) agradeceu aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, pela criação da comissão especial. Para o senador, a comissão deu agilidade à apreciação da matéria. César Borges disse ainda que o consenso que permitiu a aprovação do marco regulatório, após décadas de tentativas de criar uma lei para o setor, demonstrou o compromisso do Senado com o país.

– Conseguimos avançar e, hoje, estamos chegando a um momento histórico. Esse consenso é um verdadeiro milagre de engenharia política – disse ele.

Renan Calheiros, destacando a importância da nova lei, parabenizou César Borges pelo trabalho

na presidência da comissão.

– O Senado, com a Comissão de Saneamento, tomou a iniciativa e está, por consenso, deliberando sobre uma lei fundamental que vai permitir universalizar o saneamento básico no país – afirmou.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) votou a favor da proposta, mas mostrou-se preocupada com seu impacto social.

– Defendo que só o setor público invista em saneamento, por causa do risco de elevação de tarifas e de custos nos serviços terceirizados – frisou.

Acompanharam a votação o ministro das Cidades, Márcio Fortes, e o secretário de Saneamento Ambiental do ministério, Abelardo de Oliveira Filho.

Sugestões de projetos do governo e de Gerson Camata estão no texto

Consenso com governo permitiu aprovação

A Comissão Especial Mista de Saneamento, criada para consolidar as propostas em tramitação no Congresso que visavam fixar um marco regulatório para o setor de saneamento, aprovou seu relatório na última terça-feira depois de mais de 40 dias de funcionamento e muita discussão entre Executivo e parlamentares.

O principal ponto de impasse entre os dois lados era a chamada titularidade da prestação do serviço de saneamento. Setores do governo defendiam que o serviço deveria competir aos municípios, enquanto um bloco de parlamentares defendia os estados.

No final, essa questão crucial acabou ficando fora do texto aprovado na comissão, que suprimiu o dispositivo, que dava a entender que a titularidade do saneamento seria dos municípios. Prevaleceu o entendimento de que a matéria é constitucional,

portanto não pode ser tratada em projeto de lei. Com isso, a questão da titularidade deverá ser decidida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Uma das exigências do governo, incluída no projeto, foi a ênfase na criação de mecanismos de controle social. Além disso, os prestadores de serviço serão obrigados a comunicar aos usuários as providências tomadas em razão de queixas ou reclamações e a assegurar a divulgação dos dados relativos à regulação ou à fiscalização dos serviços.

O substitutivo original do relator, deputado Julio Lopes (PP-RJ), previa a isenção do pagamento da Cofins e do PIS/Pasep para os prestadores de serviços públicos de saneamento. O texto final não prevê isenção, apenas que os investimentos feitos em ativos permanentes imobilizados (como estações de tratamento de

Engenharia política

Principais alterações feitas no texto pela Comissão de Saneamento (já aprovado no Senado) depois de negociações com o governo

1 Retirada do princípio de gestão integrada dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e da definição de serviço de saneamento de interesse local e de interesse comum (arts. 2º e 3º), com o objetivo de eliminar qualquer interpretação de definição de titularidade (ou seja, se ela cabe a estados ou municípios).

2 Alterações no art. 8º, para deixar claro que o titular (por exemplo, um município) poderá delegar as atividades de regulação e fiscalização e estabelecer cooperação com outros entes da Federação para a atividade de planejamento.

3 Inclusão da possibilidade de os entes da Federação instituírem fundos para universalização dos serviços públicos de saneamento, aos quais poderão ser destinadas parcelas das receitas desses serviços (novo art. 13).

4 A nova redação do art. 19 prevê que os planos poderão ser elaborados pelo titular com base em estudos fornecidos pelo prestador do serviço, e não pelo próprio prestador.

5 Inclusão da obrigatoriedade de comunicação, aos usuários, de providências tomadas em razão de queixas ou reclamações sobre os serviços (art. 20).

6 Obrigatoriedade de o prestador de serviços de saneamento fornecer dados e informações à entidade de regulação (art. 25).

7 Obrigação de divulgar relatórios, estudos e decisões que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores (art. 26).

8 Explicitação dos direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico, incluindo informações quanto à regulação e prestação desses serviços (novo art. 27).

9 Retirada do dispositivo que impedia, nos primeiros quatro anos de vigência contratual, a reavaliação de itens das licitações para concessão de serviços de saneamento (retirada do § 2º do art. 38).

10 Ajuste na redação do art. 41, acentuando que a negociação de tarifas de grandes usuários com os prestadores de serviços pode ser feita desde que haja previsão nas respectivas normas de regulação.

11 Inclusão de dispositivos, com regulamentação mínima, para a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico e com indicações sobre os planos dos demais entes da Federação (arts. 51 e 52).

12 Instituição do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), cujo conteúdo será público e acessível a todos, inclusive por meio da internet (art. 55).

13 Modificação do art. 55, que propunha a isenção da Cofins e do PIS/Pasep relativos às receitas da prestação dos serviços de saneamento. Na nova proposta, não há tal previsão, mas a transformação de investimentos feitos pelos titulares e prestadores em créditos que podem ser usados no cálculo dos tributos a pagar.

14 Alteração das condições para reversão de serviços de saneamento básico, por meio de modificação no art. 42 da Lei das Concessões. Estão previstas as condições de indenização e de retomada dos serviços sem contratos, com instrumentos contratuais precários ou vencidos.

COMISSÕES

Ensino médio deve ser assegurado a todos

A garantia de acesso ao ensino médio gratuito poderá ser um dever do Estado, de acordo com projeto de lei (PLS 6/06) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE). Pela proposta, caberá aos estados assegurar o ensino fundamental e “oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos os que o demandarem”.

O projeto modifica dois artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Atualmente, a lei estabelece como dever do Estado a “progressiva extensão da obrigatoriedade e da gratuidade ao ensino médio”. E obriga os estados a “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio”.

Cristovam explica que os estados deverão investir prioritariamente no ensino médio a parcela de recursos vinculados à educação que não for destinada ao novo Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) – cuja criação foi aprovada pelo Senado. Com isso ele acredita que haverá recursos suficientes para universalizar o ensino médio.

– Os dispositivos do projeto não somente aperfeiçoam a legislação como representam poderoso instrumento de inclusão dos adolescentes e jovens, além de compatibilizar direitos e deveres frente ao novo modelo de financiamento a ser brevemente implantado – afirmou o relator, senador Marco Maciel (PFL-PE).

Igualmente em decisão terminativa, a CE aprovou o Projeto de Lei do Senado 88/06, apresentado por Valdir Raupp (PMDB-RO), que reduz de três para dois o número de avaliações insuficientes no chamado Provão para a desvinculação de um curso do Programa Universidade para To-



Marco Maciel, relator: dispositivo é poderoso instrumento de inclusão

dos (ProUni). O relator da matéria foi Leonel Pavan (PSDB-SC).

Dois outros projetos também foram aprovados, tornando obrigatório o ensino do Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares – apresentado por Efraim Morais (PFL-PB) – e instituindo o Dia da Amazônia, a ser celebrado em 5 de setembro.



Wellington Salgado assume presidência da CE em substituição a Gerson Camata, licenciado

Comissão de Educação tem novo presidente

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) foi eleito por unanimidade presidente da Comissão de Educação (CE), em substituição a Gerson Camata (PMDB-ES), que se licenciou do cargo para assumir a Secretaria de Transportes do Espírito Santo.

Pouco antes da eleição, o líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), elogiou a “gentileza” de Wellington, que admitiu assumir o cargo até o retorno de Camata.

– Se fosse só por um dia, já valeria a pena – assegurou Wellington ao agradecer o apoio das colegas. Ele lembrou ainda ter sido criado em uma família inteiramente dedicada à educação.

Ações afirmativas são tema de audiência

As ações afirmativas destinadas a garantir a igualdade racial serão tema, em 3 de agosto, de audiência pública das comissões de Educação (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Requerimento nesse sentido, apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado pela CE.

De acordo com o requerimento, deverão ser convidados para o debate os ministros Tarso Genro, das Relações Institucionais; Fernando Haddad, da Educação; e Matilde Ribeiro, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Serão também chamados à audiência o diretor do Educafro, frei David; o professor da Universidade de Brasília (UnB) José Jorge de Carvalho; e os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Peter Fry e Yvonne Maggi.

Produtores querem isenção fiscal para CDs

Em audiência pública na Comissão de Educação (CE), representantes da indústria fonográfica, de instrumentos musicais e produtores de música – como o presidente da Associação Brasileira de Música Independente, Carlos Eduardo Cezar de Andrade – defenderam a equiparação do CD e do instrumento musical ao livro para fins de isenção de impostos, que já existe desde 21 de dezembro de 2005.

Três senadores, porém, discordaram da proposta. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) avaliou que a pirataria faz parte de um processo no qual o avanço tecnológico tem um papel importante. Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disse que as produtoras independentes devem realizar feiras de música e procurar outras formas de atingir o mercado. Marcos Guerra (PSDB-ES) sugeriu que as reivindicações tributárias do setor sejam encaminhadas aos estados, responsáveis pela maior carga de impostos sobre a área.

Também participaram da audiência o maestro Edino Krieger e o presidente da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais (Anafim), Alberto Bertolazzi.

CRE vai discutir atuação de Chávez e Morales

As recentes transformações políticas ocorridas na América do Sul e os seus reflexos sobre a estabilidade política do continente serão tema de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que aprovou requerimento apresentado pelos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Romeu Tuma (PFL-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Devem ser discutidas, segundo o requerimento, as “ambições expansionistas” atribuídas ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e a utilização do petróleo, abundante no país, para – ainda de acordo com o texto – criar “dependência nos países vizinhos”. Estarão ainda em pauta os “seguidos conflitos de interesse” entre o governo da Bolívia e empresas brasileiras, depois da eleição do presidente Evo Morales.

– O Brasil tem sólidos interesses no exterior, onde atuam empresas como Embraer, Petrobras e Vale do Rio Doce. Por isso, considero uma aberração o país ser tão pouco voltado para o debate da política externa. Está na hora de romper com esse traço de provincianismo – disse Virgílio.

Estabilidade para os portadores do vírus HIV

Os empregados portadores do vírus HIV terão o salário assegurado e não poderão ser demitidos sem justa causa até a concessão definitiva de benefício previdenciário, segundo projeto de lei (PLS 145/06) proposto pela senadora Roseana Sarney (PFL-MA), que recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto será ainda examinado em Plenário.

Também serão beneficiados pelo projeto – segundo emenda apresentada pelo relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – empregados acometidos de carcinoma hepatocelular, de cirrose ou de hepatopatia grave, provocados pelo vírus HCV; e ainda os que sofrem de doença grave e contagiosa a ser especificada em rol elaborado conjun-

tamente pelos ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social.

A concessão do benefício de prestação continuada pela Previdência Social, em caráter definitivo, autorizará a rescisão do contrato de trabalho dos empregados beneficiados, nas hipóteses já previstas em lei.

Também recebeu parecer favorável projeto de lei (PLS 19/06) complementar de Marco Maciel (PFL-PE) que estabelece critérios diferenciados de concessão de aposentadoria aos portadores da deficiência física conhecida como “síndrome da talidomida”. A proposta recebeu duas emendas, segundo voto lido pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), e será analisada em Plenário.

Esforço para oferecer a equoterapia no SUS

A Subcomissão Permanente para Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, subordinada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realizou audiência pública para avaliar a realização do 12º Congresso Internacional de Equoterapia, em agosto, em Brasília, e facilitar a tramitação de projeto de lei do Senado que inclui a terapia entre os serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), tramita na Câmara dos Deputados.

A equoterapia é uma técnica que visa à educação, à reabilitação e à inserção social de pessoas portadoras de deficiência e com necessidades especiais, com benefícios biopsicomotores. Atende também

a indivíduos com problemas de aprendizado, idosos que tiveram acidente vascular cerebral (AVC), pessoas com hiperatividade e autistas, entre outros, e serve para tratamento de problemas emocionais e de socialização.

Na Câmara, o projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e foi aprovado em caráter terminativo na Comissão de Seguridade Social e Família. Como houve recurso, a proposta será ainda apreciada em Plenário. O recurso foi apresentado pela liderança do governo, o que levou Lúcia Vânia a acreditar que há alguma objeção por parte do Executivo ao projeto. Ela pediu o apoio dos parlamentares para a aprovação da matéria.

Acatada a indicação de Antonio Herman para o STJ

Em votação unânime (23 votos), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a indicação de Antonio Herman Vasconcellos e Benjamin para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do ministro Edson Carvalho Vidigal. O parecer favorável à indicação foi apresentado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA).

Nascido em Catolé do Rocha (PB) e especialista em meio ambiente, Antonio Herman é autor de diversas publicações sobre o tema e atuou na elaboração do Código de Defesa do Consumidor.

O indicado foi sabatinado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Ney Suassuna (PMDB-PB), César Borges (PFL-BA), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

TCU fiscalizará relações dos fundos com o Citigroup

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização (CMA) acolheu voto favorável do relator, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), para que o Tribunal de Contas da União monitore o contrato firmado pelos fundos de pensão (Previ, Petros e Funcep) com o Citigroup para a compra de participação do Citi na empresa Brasil Telecom.

O acordo foi objeto de denúncia do deputado Alberto Fraga (PFL-DF) à Câmara dos Deputados, que a encaminhou à CMA.

O contrato estabelece a obrigação de que os fundos de pensão comprem a participação do Citigroup na empresa Brasil Telecom em novembro de 2007, pelo valor de R\$ 1,045 bilhão, corrigido pela variação de IGP-DI mais 5% ao ano.

COMISSÕES Debate na CAE recolhe críticas da indústria nacional ao terceiro maior parceiro comercial do país

“Concorrência da China é desleal”

O crescimento do país asiático impressiona. “A China é um ponto fora da curva.” A frase do consultor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) Domingos Mosca, em relação ao alto ritmo da economia daquele país, resume a opinião dos empresários que participaram, semana passada, de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), proposta pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) para debater as relações comerciais entre o Brasil e a China.

Tanto Mosca como José Frederico Álvares, gerente executivo da Unidade de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirmaram, durante a

audiência, que a China, embora tenha aumentado sua participação nas trocas comerciais com o Brasil e outros países (é o terceiro parceiro comercial do Brasil e o terceiro maior importador do mundo), não é uma economia de mercado, pois ainda não obedece às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e às normas seguidas pelos demais países, além de ter prejudicado o Brasil em seu parque industrial, devido a suas condições de competitividade serem desiguais.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse concordar com os representantes dos empresários, afirmando que o governo brasileiro cometeu uma extravagância ao considerar a China como economia de mercado [em 2004], e que a indústria brasileira está ameaçada pela concorrência.

– Foi uma forma açodada de agir, na ânsia política para conseguir assento no Conselho de Segurança da ONU, e que vai trazer dificuldades ao parque industrial brasileiro – disse Flexa Ribeiro.

Da audiência pública também participaram o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho, e a secretária adjunta da Receita Federal, Clecy Maria Busato Lionço.



Simon é autor do requerimento para audiência pública sobre relações com a China

Acordos comerciais assinados ainda não saíram do papel

Apesar dos claros esforços do governo Lula para ampliar as relações com a China nos quatro últimos anos, o país tem poucos resultados perceptíveis a comemorar tanto nas áreas de política internacional como em termos econômicos. É a avaliação dos estudiosos Alexandre de Freitas Barbosa e Ricardo Camargo Mendes, que elaboraram análise detalhada dos negócios envolvendo os dois países nos anos recentes feita para a fundação alemã Friedrich Ebert.

O presidente assinou em três anos mais acordos com os chineses do que Fernando Henrique Cardoso em oito anos de mandato. Foram 18 documentos que versam desde transportes e cooperação

industrial e comercial até esportes, ciência e tecnologia.

Porém, como lembra Barbosa, doutor em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), nenhum dos acordos empresariais assinados em maio de 2004, quando da visita de Lula a Beijing, foi viabilizado até o momento.

– O crescimento dos investimentos chineses não tem sido resultado direto da empreitada diplomática de Lula. São investimentos basicamente realizados por empresas de setores como equipamentos de telecomunicações e eletroeletrônicas, interessadas em expandir sua presença no mercado brasileiro – avalia Alexandre Barbosa.



Rua de Xangai, uma das maiores cidades industriais da China: crescimento acelerado e desrespeito às regras internacionais

Desafio é desburocratizar, diz especialista internacional

Para afastar o risco de enfrentar complicadas disputas comerciais sob a acusação de protecionismo, a China tenta obter da União Européia – seu maior parceiro comercial – o *status* de economia de mercado. O problema é que os europeus, que investiram muito na indústria da China, questionam seriamente as políticas de preços e de mercado de trabalho naquele país. Investigam práticas de *dumping* na China, acusações classificadas como “infundadas” pelo governo de Beijing.

Convidado pela Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico para falar sobre o assunto, o advogado Winston Zee, de um importante escritório especializado em direito comercial

de Hong Kong, acredita que, com a recente adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), em novembro de 2005, a diminuição da interferência estatal nas empresas particulares deva ser um dos maiores desafios do governo chinês, que exige muitas licenças para negociar em seu território.

– Há muita burocracia na emissão dessas licenças, ficando o governo chinês no controle de absolutamente tudo. O sistema jurídico é moroso, atrasado e algumas vezes ineficaz diante das pretensões das empresas estrangeiras, como a proteção da propriedade intelectual, que fica às vezes em segundo plano diante do protecionismo e das falhas da legislação – explica Zee.

Um estacionado, o outro voando

Comparação entre as duas economias mostra que, enquanto o Brasil pagou caro pela inflação alta e as décadas perdidas do final do século passado, a China deu seu grande salto e ainda exibe fôlego para crescer fortemente por muito mais tempo.

	BRASIL	CHINA
Produto interno bruto (PIB)	US\$ 795,7 bilhões	US\$ 2,26 trilhões
Crescimento real do PIB	2,3%	9,9%
Renda <i>per capita</i>	US\$ 6.771 (1)	US\$ 5.600
População abaixo do nível de pobreza	22% (1998)	10% (2001)
Distribuição de renda	10% mais pobres: 0,7% 10% mais ricos: 48% (2)	10% mais pobres: 2,4% 10% mais ricos: 30,4%
Inflação (preços ao consumidor)	7,6% (1)	4,1%
População economicamente ativa	89 milhões	760,8 milhões
Taxa de desemprego	11,5%	9,8% (3)
Crescimento da produção industrial	6% (2004)	17,1% (2004)
Produção/consumo de eletricidade (em bilhões de kWh)	39/351,9 (4)	1.910/1.630
Petróleo - produção (milhões de barris/dia)	1,788 (1)	3,392
Exportações x importações (em US\$ bilhões)	95 x 61 (1)	583,1 x 552,4
Dívida externa (em US\$ bilhões)	219,8	233,3

(1) Dados de 2004. (2) Dados de 1998. (3) Apenas nas áreas urbanas. Desemprego e subemprego são intensos na área rural e o jornal oficial Xin Hua chegou a estimar em 20% a taxa global de desemprego, em 2003. (4) Dados de 2002.

Fonte: Fundo Monetário Internacional e Indexmundi

Apoios do Brasil não tiveram reciprocidade

O Brasil de Lula estimulou e apoiou a China em vários de seus pleitos multilaterais, mas também não viu muitos resultados práticos. Na visita do presidente Hu Jintao a Brasília, em novembro de 2004, o Brasil reconheceu oficialmente o país asiático como uma economia de mercado.

– O governo Lula não logrou estabelecer mecanismos que assegurassem ao país apoio político em fóruns multilaterais ou criassem novas parcerias produtivas – concorda Ricardo Camargo Mendes, mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Cambridge, na Inglaterra.

Exemplo disso, segundo o especialista, foi o posicionamento chinês no que diz respeito à pretensão brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Beijing exibiu a falta de reciprocidade ao se posicionar contra a ampliação do colegiado, minando, conseqüentemente, os interesses brasileiros.

Há 28 anos, Deng trocou Marx pelo capitalismo

A China começou a se preparar para a abertura econômica em 1978, quando o então líder Deng Xiaoping abandonou os dogmas do comunismo e deu uma guinada em direção à livre iniciativa, movimento que começou com a abertura de zonas comerciais nas províncias costeiras. Para isso, estimulou a entrada de investimentos estrangeiros e liberalizou o comércio e o mercado agrícola. Contou para isso, é claro, com altos subsídios, mão-de-obra barata e ausência de uma oposição política livre.

Em 1997, com um gigantesco programa de privatização, derrubou um dos pilares da economia comunista – a propriedade estatal. Menos de uma década depois, o país já é a 7ª economia mundial, perto de ultrapassar, talvez ainda este ano, a Alemanha. O maior desafio chinês é gerar 80 milhões de empregos anuais. A mão-de-obra barata torna-se um chamariz para a entrada de capital externo, já que na maioria das regiões o salário pago a um operário de linha de montagem é inferior a R\$ 2 por hora (quatro vezes menos que a média do brasileiro e 20 vezes menos que um norte-americano).



Brasil x China

19% das importações chinesas de produtos agrícolas e 7% das compras de produtos minerais vêm da América Latina, que participou com apenas 3,6% das importações totais chinesas.

O Brasil responde por 43% das exportações latino-americanas para a China.

Em 2004, 5,7% das importações brasileiras vieram da China.

A China recebeu 9,8% dos investimentos externos diretos, contra uma participação de apenas 1,8% do Brasil.

Entre 1990 e 2003, a renda *per capita* chinesa cresceu quatro vezes mais rapidamente que a brasileira: 8,55% contra 1,2% ao ano.

No mesmo período, o número de empresas brasileiras que exportam para a China passou de 400 para 4 mil.

A China já responde por metade da produção mundial de máquinas fotográficas.

Três em cada dez aparelhos de ar-condicionado e de TV produzidos são feitos lá.

Mais de 25% das máquinas de lavar e 20% das geladeiras no mundo levam o selo *made in China*.

COMUNICAÇÃO Radiodifusoras devolverão canal analógico para o governo depois de uma década, explica ministro

“Não vamos fazer TV digital elitista”

Em entrevista à TV Senado, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, senador licenciado, assegurou que a gratuidade foi o que motivou o governo a escolher o padrão japonês como base do modelo de TV digital para o Brasil. Destacou que o padrão é o único que permite portabilidade e mobilidade de recepção sem custo adicional. Reclamou que a “desinformação” domina os debates. E explicou o decreto que estabelece uma transição de dez anos do sistema analógico para o digital.

Há críticas de que a sociedade não foi ouvida na escolha do padrão japonês e que a opção afasta a possibilidade de um padrão brasileiro, no qual já foram feitos grandes investimentos.

Hélio Costa – Vejo essas observações com indignação. A desinformação chegou a tal nível que até no Conselho de Comunicação Social existe uma pessoa desinformada. Tenho me dedicado nesses últimos 18 meses a estudar a TV digital. Falamos de TV digital no Brasil desde 1992, as empresas de radiodifusão, a indústria, o Brasil inteiro se interessa por essa ferramenta extraordinária. Já no primeiro ano do governo do presidente Lula foi assinado o Decreto 4.901, que estabelece as bases da transição da TV analógica para a TV digital. Quando eu cheguei ao ministério, o governo tinha colocado R\$ 12 milhões para o estudo da viabilidade da TV digital. Fui ao presidente da República e disse que nós precisávamos de recursos para as pesquisas e de um grande movimento que consultasse a sociedade, que pudesse ouvir os setores ligados à questão. O presidente nos autorizou. Fomos de R\$ 12 milhões de investimentos para R\$ 60 milhões. Envolvemos 1.400 cientistas, técnicos e especialistas de 92 instituições de ensino e empresas, públicas e privadas, divididas em 22 consórcios, sob a organização da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD), ligada ao Ministério das Comunicações. Todas as áreas da TV digital foram cobertas. Sobre o setor modulação, que é o mais importante, um dos consórcios desenvolveu uma ferramenta extraordinária, pela qual todos se interessaram, que é o robustecimento da TV digital, que se adapta ao caso brasileiro. Aqui temos 98% dos lares recebendo a televisão pela anteninha no teto ou dentro de casa. Não é como no Japão, Europa ou Estados Unidos. O sistema europeu está em 52 países, mas nenhum se parece com o que temos que resolver no Brasil. O nosso projeto tem de ser o da televisão livre, aberta, gratuita, que atenda a todos. Não vamos fazer no Brasil uma TV digital elitista, onde só quem tem dinheiro, quem pode pagar por cabo ou satélite é que vai ter a TV digital. O presidente deixou bem claro que o sistema tem de ser de graça e que tem de chegar a todos os lares brasileiros.

Por que a opção pelo padrão

japonês?

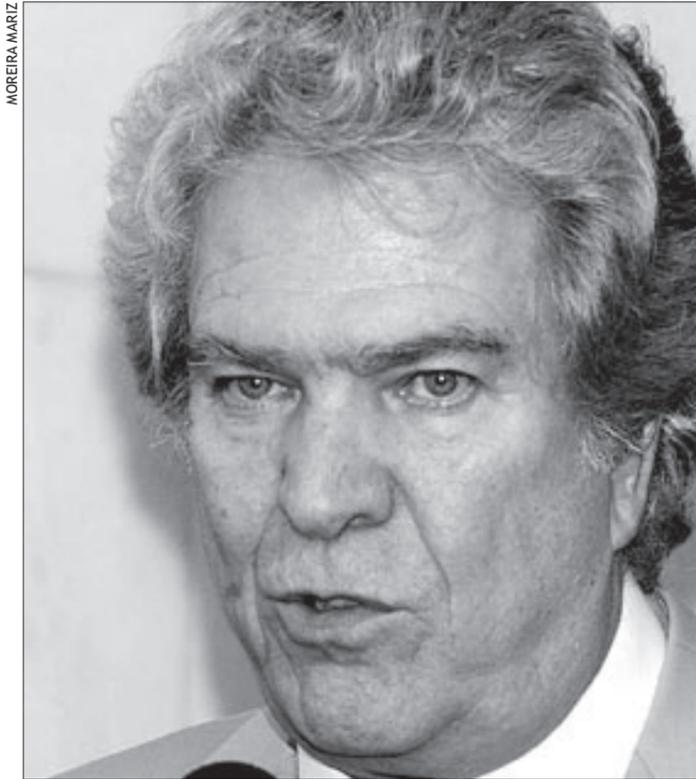
Hélio Costa – Quais dificuldades encontramos nos demais padrões? O americano não permite a transmissão da TV digital móvel, que vai no carro, no trem, no ônibus, e muito menos permite a transmissão portátil, que vai para o celular. Então, não atende aos princípios estabelecidos no decreto. O sistema europeu faz a transmissão para móvel e portátil, mas usando o canal da telefonia celular, ou seja, você vai ter de pagar para receber a imagem no celular. Então não pode ser usado porque não é gratuito. E o sistema japonês? É o sistema americano e o sistema europeu corrigidos.

Poderia haver um sistema totalmente brasileiro?

Hélio Costa – Existem três padrões, que custaram em média US\$ 3,5 bilhões e levaram dez anos para ser desenvolvidos. Por que no Brasil temos de reinventar a roda? Nós temos US\$ 3,5 bilhões para desenvolver um padrão brasileiro de televisão digital? Não podemos fazer isso, especialmente em um país como o Brasil. Então, pegamos as melhores ferramentas de cada um dos padrões.

Por que não aproveitar a mudança tecnológica para fazer já uma revisão na legislação brasileira, que é de 1962, com uma nova lei geral de comunicação de massa?

Hélio Costa – Nossa Constituição deixou bem claro o que é radiodifusão e o que é telecomunicação. Os críticos dizem que poderíamos fazer uma nova lei de comunicação de massa. Mas nós não temos tempo a perder. Ou nós implantamos a TV digital ou vamos a reboque de Argentina, Chile, Venezuela ou Colômbia. Nós queremos na verdade mostrar o caminho para a América Latina. Nosso sistema respeitou tudo que está na Lei Geral de Telecomunicações e na lei de 1962. O governo não concedeu canais, não abriu privilégios. Simplesmente assinou um decreto de transição de um sistema analógico para o sistema digital. Foi exatamente o que aconteceu com a telefonia celular e nenhum desses críticos gritou, porque era contra as empresas telefônicas, que são todas estrangeiras e movimentam R\$ 90 bilhões no mercado de comunicações. Fizemos isso sem consultar ninguém. E ninguém criou problema. Mas, no caso da TV digital, as empresas nacionais, que têm 50 anos trabalhando no setor, que movimentam R\$ 10



Hélio Costa informa que, na carta de intenção, japoneses se comprometem a não cobrar royalties e a investir US\$ 500 milhões

bilhões, são contestadas.

A alegação é de que, durante a transição, as emissoras atuais vão receber um canal digital.

Hélio Costa – Esse é um erro. Eles tentam passar uma informação errada. O decreto é claro. Fizemos uma extensão do canal e as emissoras ficam obrigadas a transmitir durante dez anos no sistema analógico e no sistema digital. Porque as pessoas mais pobres, que não puderem comprar sequer a caixinha conversora, que vai custar R\$ 80 e vai ser financiada, vão ter o direito de continuar vendo televisão por determinação do presidente. Quando o ciclo de transição for completado, o canal analógico será devolvido ao governo e será licitado e vendido. O que os críticos fazem é uma profissão. Não sei quem subvenciona essa gente.

Como vai ocorrer a democratização das comunicações com a TV digital?

Hélio Costa – A TV digital é uma ferramenta tão extraordinária que vai poder abrir os caminhos da democratização dos meios de comunicação como nunca. Ao digitalizar o sistema, podemos multiplicar o número de canais. Quando todas as emissoras de rádio e TV, públicas e privadas, forem atendidas, apenas 20% do espaço digital estarão ocupados. No decreto de transição, o governo criou quatro canais em cada comunidade [Executivo, educacional, cultural e cidadania]. Depois de atender a todas as emissoras existentes (mais ou menos 400), ainda teremos 80% dos canais para serem usados, não vai ficar nenhuma comunidade ou cidade sem o seu canal.

Outra objeção que se levanta é o fato de uma mudança tão importante ter sido feita por decreto, que levantou até suspeitas de ilegalidades, pois reivindica-se que o acordo com o governo japonês seja discutido

no Congresso.

Hélio Costa – Qualquer deputado sabe que acordos e tratados são firmados e submetidos ao Congresso apenas para ratificação. Ele não pode sequer tocar no acordo. Pior é que não firmamos acordo ou tratado com o Japão, mas uma carta de intenção entre os dois governos que nem sequer tem a assinatura do presidente, mas dos ministros das Comunicações dos dois governos. No documento, os governos se comprometem a fazer um projeto conjunto em que vamos trocar informações e ferramentas que estamos produzindo. O Japão é o maior interessado em incorporar as ferramentas brasileiras ao seu sistema. O próprio ministro japonês disse que se tratará de um sistema nipo-brasileiro. Por ser congressista, o ministro das Comunicações pode até enviar o texto desse documento, dessa intenção de colaboração entre o governo brasileiro e o governo japonês, para a deputada Luiza Erundina [PSB-SP], para a comissão, para quem quiser, mas ainda não estamos no ponto de o Congresso dizer sim ou não. Tudo isso vai ser disciplinado pela Lei Geral de Comunicações, que está sendo preparada há quatro ou cinco anos. Ela vai tentar fazer a convergência das mídias no Brasil, juntando radiodifusão e telecomunicação em uma lei de comunicação de massa. Pode até ser uma proposta do Executivo, mas é o Congresso que vai ter que discutir. O decreto estabelece as bases da transição, não é uma coisa definitiva. Quem vai fazer o definitivo é o Congresso. O melhor que esses críticos poderiam fazer seria o seguinte: concorram a uma eleição, ganhem 100 mil votos. Vão ver como é difícil ganhar 100 mil votos. Senador precisa de 3,5 milhões, como eu tive. Agora, em vez de fazer crítica infundada, para fazer uma discussão mais profunda, tem que vir para cá [para o Congresso].

A TV digital vai demandar um grande comércio para equipamento, não é isso?

Hélio Costa – Nós ouvimos o Brasil inteiro e, certamente, a indústria foi um dos mais importantes setores ouvidos. Um empresário estrangeiro nos disse em uma reunião que, em um sistema moderno de TV como o brasileiro, esses televisores de plasma e de LCD [cristal líquido] e o telefone celular têm, como contribuição tecnológica da indústria do Brasil, a caixa de papelão e os calços de plástico. No telefone celular a contribuição é um pouco maior: a gente faz o carregador, que qualquer eletricitista no interior de Minas Gerais faz, tão bom quanto esse que você usa no celular. Para a solução desse problema, usamos então a TV digital como instrumento de barganha, para pedir ao governo japonês para nos ensinar a fazer a TV de plasma, de LCD, para construirmos aqui, não apenas montar. Montar, qualquer um monta. Estamos exportando TVs para Uruguai, Argentina, Chile etc. com uma tecnologia de 1923, de tubo. Ninguém compra mais isso. Ou começamos a fazer televisão de plasma, de LCD, ou não vamos ter como vender TV para a América Latina ou qualquer outro lugar. Nessa negociação, nós impusemos condições para aquele que levasse o sistema, como o Japão, que retirou todos os royalties e ofereceu todas as vantagens, como financiamento de US\$ 500 milhões para que possamos instalar uma fábrica de semicondutores. Tudo isso está previsto na proposta.

O decreto prevê canais públicos para o Executivo, a cidadania, a cultura e a educação. Como vai funcionar isso?

Hélio Costa – Não vai ficar uma única comunidade sem ter canal de televisão. Já estamos numa situação em que cidades como São Paulo e Rio de Janeiro não têm mais como incluir um canal no sistema analógico. Com a digitalização, volta a ter espaço, que, em primeiro lugar, será reservado para o sistema público de televisão, que passa pela TVs do Executivo, Senado, Câmara e Justiça. Nele está a TV da comunidade, para, com uma pequena câmera em um estúdio modesto no interior, a comunidade se ver, interagir. Essa é a razão de ser tão importante implantarmos a TV digital. Ou então vamos ficar como as cabeças antigas e, daqui a dez anos, a gente faz tudo isso. Eu sou totalmente a favor de fazer agora. O governo não interferiu em nada. Fez uma extensão de um direito adquirido ou comprado de quem está explorando a TV aberta. Estamos fazendo TV digital para todos. No Brasil, vai ser de graça, ao contrário da Europa, dos Estados Unidos e do próprio Japão, onde você tem que pagar. No Brasil, a TV é um instrumento de formação, cultura, educação e diversão. O brasileiro gosta de ver televisão.

ELEIÇÕES Mais da metade dos senadores concorrerá a algum cargo nas eleições de outubro. Quatro nada disputarão

Plenário bastante renovado em 2007



Nas eleições de outubro próximo, 22 senadores tentarão se eleger para o cargo de governador, enquanto dois disputarão a Presidência da República e dois a Vice-Presidência. Dos 27 senadores cujos mandatos se encerram no fim de janeiro de 2007, 13 postulam a renovação do mandato, conforme registros de candidaturas feitos nos tribunais eleitorais. Outros três são candidatos ao posto de vice-governador e quatro disputam eleições para deputado – dois estaduais e dois federais. Quatro senadores em final de mandato decidiram não disputar eleições neste ano. Portanto, mais da metade dos 81 senadores – 46 – disputa algum cargo nas próximas eleições.

Os candidatos a presidente da República são Cristovam Buarque (PDT-DF) e Heloísa Helena (PSOL-AL). Candidataram-se a

vice-presidente da República os senadores José Jorge (PFL-PE), na chapa do ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB), e Jefferson Péres (PDT-AM), na chapa de Cristovam Buarque.

Dos 22 senadores que tentam se eleger como governadores, 19 encontram-se em situação cômoda, pois eventual derrota não irá tirá-los do Congresso – ainda têm mais de quatro anos de mandato.

Pela Constituição, cada um dos 26 estados e o Distrito Federal têm três senadores, com mandato de oito anos. Para evitar que os três sejam substituídos em uma única eleição, eles não têm mandatos coincidentes. Assim, de quatro em quatro anos há renovação ou de um terço dos senadores (27) ou de dois terços (54). As eleições de outubro próximo destinam-se a renovar um terço.

O percentual de renovação do Senado é elevado. Nas eleições de 1999, quando estavam em

ANA VOLPE



Renovação de mandatos no Senado tem sido elevada - superior a 80% nas duas últimas eleições

disputa 27 cadeiras, 22 dos eleitos eram novatos e só cinco já eram senadores – renovação de 81,5%. Em 2003, 47 das 54 cadeiras foram ocupadas por novos senadores – renovação de 87%.

Dos 27 que encerram o mandato no fim de janeiro próximo,

nove são do PMDB, seis do PSDB, quatro do PFL, três do PT, três do PTB, um do PL e uma senadora do PSOL. Também pertence ao PMDB o maior número de senadores que tentarão se eleger governador (7). A seguir, vêm o PT (6), o PSDB (4) e o PFL (2).

Hoje, dez dos 81 senadores são suplentes. Cinco deles estão no cargo porque os titulares foram eleitos governadores ou prefeitos nas últimas eleições, ou pediram licença para ocupar ministérios, ou se dedicaram à campanha eleitoral nos estados.

Veja como as eleições podem alterar a atual composição do Senado

Bahia		Rio Grande do Sul		Amazonas	
Rodolpho Tourinho (PFL)	Candidato à reeleição	Serys Silhessarenko (PT)	Candidata a governadora Mandato até 2011	Gilberto Mestrinho (PMDB)	Candidato à reeleição
Antonio Carlos Magalhães (PFL)	Mandato até o fim de janeiro de 2011	Pedro Simon (PMDB)	Candidato à reeleição	Arthur Virgílio (PSDB)	Candidato a governador. Mandato até 2011
César Borges (PFL)	Mandato até 2011	Paulo Paim (PT)	Mandato até 2011	Jefferson Péres (PDT)	Candidato a vice-presidente da República na chapa de Cristovam Buarque. Mandato até 2011
Rio de Janeiro		Sérgio Zambiasi (PTB)	Mandato até 2011	Paraná	
Roberto Saturnino (PT)	Termina o mandato no dia 31 de janeiro de 2007 e não vai disputar eleição	Ceará		Alvaro Dias (PSDB)	Candidato à reeleição
Marcelo Crivella (PRB)	Disputa o governo do Rio de Janeiro Se perder, tem mandato até 2011	Luiz Pontes (PSDB)	Candidato a deputado estadual	Flávio Arns (PT)	Candidato a governador Mandato até 2011
Sérgio Cabral (PMDB)	Disputa o governo do Rio de Janeiro Também tem mandato até 2011	Patrícia Saboya Gomes (PSB)	Mandato até 2011	Osmar Dias (PDT)	Candidato a governador Mandato até 2011
Maranhão		Tasso Jereissati (PSDB)	Mandato até 2011	Acre	
João Alberto Souza (PMDB)	Candidato a vice-governador Mandato termina em 2007	Paraíba		Tião Viana (PT)	Candidato à reeleição
Edison Lobão (PFL)	Tem mandato até 2011	Ney Suassuna (PMDB)	Candidato à reeleição	Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	Mandato até 2011
Roseana Sarney (PFL)	Disputa o governo do estado O vice é o senador João Alberto Souza	Efraim Morais (PFL)	Mandato até 2011	Marina Silva (PT)	Licenciada para ocupar o Ministério do Meio Ambiente. Mandato até 2011. Suplente é Sibá Machado
Pará		José Maranhão (PMDB)	Candidato a governador Tem mandato até 2011	Mato Grosso do Sul	
Luiz Otávio (PMDB)	Candidato à reeleição	Espírito Santo		Juvêncio da Fonseca (PSDB)	Candidato a deputado estadual
Ana Júlia Carepa (PT)	Candidata ao governo	João Batista Motta (PSDB)	Termina mandato em 2007	Delcídio Amaral (PT)	Candidato a governador. Mandato até 2011. Suplente é Antônio João
Flexa Ribeiro (PSDB)	Mandato até 2011	Gerson Camata (PMDB)	Licenciado para ocupar secretaria de estado. Tem mandato até 2011 Suplente é Marcos Guerra	Ramez Tebet (PMDB)	Mandato até 2011
Pernambuco		Magno Malta (PL)	Mandato até 2011	Distrito Federal	
José Jorge (PFL)	Candidato a vice de Geraldo Alckmin Mandato termina em fevereiro de 2007	Piauí		Valmir Amaral (PTB)	Suplente do senador Luiz Estevão, que foi cassado. Termina mandato em 2007. Não disputará eleição
Marco Maciel (PFL)	Mandato até 2011	Alberto Silva (PMDB)	Candidato a deputado federal	Cristovam Buarque (PT)	Candidato a presidente da República. Mandato até 2011
Sérgio Guerra (PSDB)	Mandato até 2011	Heráclito Fortes (PFL)	Mandato até 2011	Paulo Octávio (PFL)	Candidato a vice-governador Mandato até 2011
São Paulo		Mão Santa (PMDB)	Candidato a governador Mandato até 2011	Tocantins	
Eduardo Suplicy (PT)	Candidato à reeleição	Rio Grande do Norte		Eduardo Siqueira Campos (PSDB)	Candidato à reeleição
Aloizio Mercadante (PT)	Candidato a governador Se perder, tem mandato até 2011	Fernando Bezerra (PTB)	Candidato à reeleição	João Ribeiro (PL)	Mandato até 2011
Romeu Tuma (PFL)	Mandato até 2011	Garibaldi Alves Filho (PMDB)	Candidato ao governo estadual Mandato até 2011	Leomar Quintanilha (PCdoB)	Candidato a governador Mandato até 2011
Minas Gerais		José Agripino (PFL)	Mandato até 2011	Amapá	
Aelton Freitas (PL)	Candidato a deputado federal Mandato termina em 2007	Santa Catarina		José Sarney (PMDB)	Candidato à reeleição
Eduardo Azeredo (PSDB)	Mandato até 2011	Jorge Bornhausen (PFL)	Termina mandato em 2007 e não é candidato	Gilvam Borges (PMDB)	Mandato até 2011
Hélio Costa (PMDB)	Licenciou-se para ocupar o cargo de ministro das Comunicações. Mandato até 2011. O suplente é Wellington Salgado	Ideli Salvatti (PT)	Mandato até 2011	Papaléo Paes (PSDB)	Candidato a governador Mandato até 2011
Goiás		Leonel Pavan (PSDB)	Candidato a vice-governador Mandato até 2011	Rondônia	
Maguito Vilela (PMDB)	Mandato até 2007. Licenciou-se para se dedicar à campanha. Assumiu Iris de Araújo, que, por sua vez, é candidata a deputada federal	Alagoas		Amir Lando (PMDB)	Candidato a governador Mandato termina em 2007
Demostenes Torres (PFL)	Candidato a governador Tem mandato até 2011	Heloísa Helena (PSOL)	Candidata a presidente da República Mandato termina em 2007	Fátima Cleide (PT)	Candidata a governadora Mandato até 2011
Lúcia Vânia (PSDB)	Mandato até 2011	Renan Calheiros (PMDB)	Mandato até 2011	Valdir Raupp (PMDB)	Mandato até 2011
Mato Grosso		Teotônio Vilela Filho (PSDB)	Licenciado para se dedicar à campanha. É candidato a governador. Mandato até 2011 Suplente é João Tenório	Roraima	
Antero Paes de Barros (PSDB)	Candidato a governador Mandato termina em 2007	Sergipe		Mozarildo Cavalcanti (PTB)	Candidato à reeleição
Jonas Pinheiro (PFL)	Mandato até 2011	Maria do Carmo Alves (PFL)	Candidata à reeleição	Augusto Botelho (PDT)	Mandato até 2011
		Almeida Lima (PMDB)	Mandato até 2011	Romero Jucá (PMDB)	Candidato a governador Mandato até 2011
		Antônio Carlos Valadares (PSB)	Mandato até 2011		

COMISSÕES CPI da Emigração Ilegal aprova relatório final e propõe manter atendimento aos que vivem fora do país

Proteção aos brasileiros no exterior

Tão surpreendentes quanto os US\$ 6,4 bilhões enviados no ano passado pelos brasileiros que vivem no exterior a seus parentes no Brasil são os problemas enfrentados por esses trabalhadores em terras estrangeiras. Os casos de prisões, maus-tratos, perseguições e exploração da mão-de-obra barata foram levantados pela CPI Mista da Emigração Ilegal, que em um ano de trabalho, finalizado na semana passada com a aprovação do relatório do deputado federal João Magno (PT-MG), conseguiu avanços na defesa dos emigrantes.

A saída de 3 a 4 milhões de brasileiros em busca de uma vida economicamente melhor é atrelada em boa parte a sofrimento para chegar à nação escolhida, permanecer por lá e, em alguns casos, para retornar ao Brasil.

Presidente da CPI, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ressaltou que a comissão ajudou a dismantlar quadrilhas de falsários e aliciadores que comercializam a entrada nos Estados Unidos; trouxe de volta pessoas que há

meses esperavam em cadeias públicas norte-americanas para serem deportadas; e reforçou projetos de lei em andamento no Congresso, como o que proíbe nova cobrança de impostos dos que já recolheram ao fisco no país onde trabalhavam, aprovado no Senado e o que propõe alteração no Código Penal para tornar crime o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração. Também deu vida a novos projetos, como o que garantirá a possibilidade de registro civil e de regularização junto à Previdência Social e o direito de voto para deputado federal.

– Também buscamos junto ao governo norte-americano o aumento de vistos de trabalho para brasileiros. Seis mil é muito pouco diante do total de um milhão liberados pelos Estados Unidos anualmente – afirmou.

Relatório divulgou situação dos emigrantes

Para o relator da comissão, deputado João Magno, o país desconhecia muito dos problemas enfrentados pelos brasileiros



Marcelo Crivella (C) se encontra com brasileiros presos nos EUA e traz muitos de volta ao Brasil

que vivem no exterior.

– Produzimos um relatório com capacidade de mergulhar na realidade de cada situação, em especial nos Estados Unidos, Paraguai, Japão e Europa – disse.

Ele salientou que a Frente Parlamentar Cidadania Sem Fronteiras será criada para dar continuidade aos trabalhos de atendimento aos brasileiros no exterior e que fará vigilância permanente para atender às necessidades das comunidades que vivem em terras estrangeiras.

Provável presidente da frente parlamentar, o deputado federal Takayama (PMDB-PR) enfatiza que os emigrantes também precisam ser ajudados quando retornam ao Brasil.

– Muitos juntam dinheiro, mas quando retornam não sabem como investir e acabam perdendo tudo o que adquiriram.

Política de apoio ao emigrante

Entre as dezenas de recomendações apresentadas no relatório final da CPI da Emigração Ilegal está a que propõe a criação da Secretaria Especial de Políticas aos Emigrantes. O órgão prestará assessoria ao presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para os brasileiros residentes no exterior ou reintegrados à vida pátria, assim como aos imigrantes que vivem no Brasil.

– A relevância social, política e econômica do significativo contingente de brasileiros emigrados e o volume de remessas por eles efetuadas demandam envolvimento mais efetivo do Executivo – afirma o relator da comissão de inquérito, deputa-

do João Magno.

O relatório traz ainda uma série de recomendações, como as que abordam separadamente os problemas enfrentados pelos que vivem nos Estados Unidos, Paraguai e Japão, que concentram 70% da população brasileira no exterior, e a problemática do tráfico internacional de mulheres.

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que o relatório propusesse o envio de um ofício em nome do Congresso Nacional brasileiro, dirigido ao Congresso Nacional norte-americano, repudiando por completo a proposta de construção de um muro na divisa do México com os Estados Unidos para impedir a entrada ilegal de emigrantes.

Recomendações

Por reunirem cerca de 70% das comunidades brasileiras no exterior e, conseqüentemente, apresentarem maior quantidade de problemas com relação aos emigrantes que recebem, a CPI Mista tratou com profundidade as situações dos que partem para uma nova vida nos Estados Unidos, Paraguai e Japão. Aqui, algumas das recomendações apresentadas pela comissão para sanar e/ou melhorar a vida dos brasileiros nesses países.

Japão

286 mil brasileiros

Motivação: incentivo por parte da indústria japonesa carente de mão-de-obra.

- ✦ O Ministério das Relações Exteriores deve somar esforços junto ao governo japonês para coibir reações xenóforas contra o trabalhador brasileiro.
- ✦ Promover iniciativas conjuntas dos dois países para garantir o acesso dos brasileiros, sobretudo de crianças e adolescentes, ao sistema de ensino formal.
- ✦ Conclamar o governo japonês a fiscalizar as empresas de mão-de-obra estrangeira, de modo a garantir a plenitude do direito dos trabalhadores à seguridade social.
- ✦ Empenhar esforços para que haja integração dos sistemas previdenciários dos dois países em bases atuariais sustentáveis.
- ✦ Trabalhar para que o governo japonês abra as regras penitenciárias, que proíbem estrangeiros de se comunicarem na língua materna.

Estados Unidos/México

1,8 milhão a 2 milhões de brasileiros

Motivação: mercado de trabalho que oferece emprego relativamente fácil em setores rejeitados pela população nativa, como serviços pesados de baixa qualificação.

- ✦ Realização de ações publicitárias por parte do Ministério da Justiça para informar a população sobre os riscos inerentes à travessia da fronteira do México com os Estados Unidos.
- ✦ Manifestar ao governo norte-americano as preocupações do Congresso brasileiro com o baixo número de vistos concedidos aos “imigrantes”, o que incentivaria a escolha pela emigração irregular.
- ✦ O Ministério das Relações Exteriores deve negociar com o México para que seja retomado o acordo sobre a isenção de vistos em passaportes comuns, atualmente suspenso pelo governo mexicano.
- ✦ Solicitar ao Ministério das Relações Exteriores que dê conhecimento formal ao governo dos Estados Unidos das denúncias de maus-tratos e corrupção com a finalidade de promover a apuração e responsabilidade dos agentes envolvidos.
- ✦ Solicitar que os ministérios da Justiça e das Relações Exteriores articulem ações conjuntas com os governos americano e mexicano para dotar os órgãos de segurança dos três países de condições financeiras, logísticas e de inteligência para coibir o tráfico de migrantes.
- ✦ Organizar ações repressivas para desarticular as rotas utilizadas por brasileiros na internação irregular dos Estados Unidos e prevenir rotas emergentes.
- ✦ Solicitar à Polícia Federal e ao Ministério Público o aprofundamento das investigações sobre quadrilhas que exploram o envio irregular de emigrantes para os Estados Unidos.

Paraguai

450 mil brasileiros

Motivação: na década de 70 houve incentivo do governo paraguaio, conforme política de desenvolvimento agrícola, para a imigração. Isso atraiu brasileiros, que se tornaram proprietários rurais ou trabalhadores a eles vinculados.

- ✦ Promover gestões perante o governo paraguaio para regularizar a situação de brasileiros sem documentação.
- ✦ Negociar acordo na tríplice fronteira para combater na região a exploração sexual e comercial de crianças e de adolescentes.
- ✦ Tentar garantir junto ao governo paraguaio os direitos dos brasileiros emigrantes em questões fundiárias, com atenção especial às terras na faixa de fronteira paraguaia.
- ✦ Manter programa de vigilância na fronteira Brasil-Paraguai, com ênfase na repressão ao crime organizado dedicado ao tráfico de entorpecentes, de armas e de pessoas.

INVESTIGAÇÕES CPI dos Sanguessugas espera autorização nesta terça-feira para divulgar lista de parlamentares envolvidos

STF decide sobre sigilo de apuração



Funcionária do Ministério da Saúde, Maria Lino foi ouvida em segredo pela CPI

A divulgação oficial de nomes de parlamentares notificados pela CPI dos Sanguessugas pode ser autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nesta terça-feira. A informação foi dada pelo presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ). A CPI foi criada para investigar desvio de recursos do Orçamento da União por meio da compra superfaturada de ambulâncias para prefeituras.

Biscaia encontrou-se na quarta-feira passada com a presidente do STF, ministra Ellen Gracie Northfleet. Na reunião, defendeu a abertura dos inquéritos envolvendo

parlamentares que estão sendo analisados pelo tribunal sob sigilo de justiça. A ministra pediu um prazo para conversar com o ministro Gilmar Mendes, relator dos processos, antes de dar uma resposta definitiva à CPI.

No início desta semana, a comissão deve notificar mais 42 parlamentares supostamente envolvidos no esquema.

Filho de empresário depõe no dia 25

A CPI decidiu marcar para o dia 25 de julho o depoimento de Luiz Antônio Trevisan Vedoin, apontado pela Polícia Federal como um dos cabeças do esquema das ambulâncias

superfaturadas. O relator da comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO), defendeu a convocação por acreditar que, apesar das informações dadas por Luiz Antônio à Justiça, muitos pontos ainda precisam ser esclarecidos. Lando e Biscaia receberam na quinta-feira passada uma cópia do depoimento prestado pelo acusado ao juiz Jefferson Schneider, da 2ª Vara Federal em Mato Grosso.

– Temos que ter critérios objetivos para, a partir de uma análise cautelosa de fatos, documentos e depoimentos, contrastarmos palavras e provas – disse Lando, que também criticou o vazamento, pela imprensa, de nomes de parla-

mentares acusados.

Luiz Antônio é sócio de seu pai, Darci José Vedoin, na Planam, empresa que teria vendido as ambulâncias superfaturadas. Darci José foi ouvido pela CPI na semana passada, assim como o empresário Ronildo Medeiros e Ivo Marcelo Spínola Rosa, cunhado de Luiz Antônio, todos acusados de integrar a máfia das ambulâncias. Foi ouvida ainda a ex-funcionária do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino, tida como intermediária do esquema. Os depoimentos, tomados em Cuiabá, foram fechados. O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) foi escolhido sub-relator de Sistematização da CPI.

Heloísa Helena lembra que quadrilha agia nos ministérios

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que os nomes de todos os envolvidos no escândalo dos sanguessugas devem ser revelados, se realmente existir vontade política para destruir o esquema.

– Quem está trabalhando nessa CPI não pode poupar ninguém. Se a gente quer mesmo aprofundar as investigações e levá-las até o fim, é preciso saber quem atuava no Senado, na Câmara, nos ministérios e na Casa Civil. O cara ser ladrão de ambulância é muita safadeza – afirmou.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) frisou, em aparte, que o pronunciamento de Heloísa Helena repunha as coisas nos seus devidos lugares porque lembrava que a corrupção não se deu apenas no Congresso Nacional, mas contou com a participação do governo.

Serys nega acusação sobre envolvimento com esquema

Serys Shlessarenko (PT-MT) se disse estarrecida com o vazamento de informações sigilosas da CPI dos Sanguessugas e contestou o envolvimento de seu nome com irregularidades na compra de ambulâncias com verbas de emendas parlamentares. Alegando desconhecer o teor da denúncia, Serys decidiu apresentar requerimento ao Supremo Tribunal Federal, à Procuradoria Geral da República e à CPI dos Sanguessugas para saber das ilegalidades das quais é acusada.

– Considero comum esse tipo de denúncia em ano eleitoral, mas não admito o meu nome em boca de bandido. Não me vergarei a denúncias caluniosas – reagiu.

Serys lembrou que essa é a segunda vez que a acusação vem à tona – a primeira ocorreu em maio passado, envolvendo emendas de 2001 a ela atribuídas. Assim que a denúncia surgiu, conforme explicou,

tratou não só de assinar a proposta de instalação da CPI dos Sanguessugas, mas também de autorizar a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico seu e de seus quatro filhos. Em meio à indignação pelo episódio, e a solidariedade de quase 20 discursos de senadores, reafirmou que jamais fez ou fará ato de malversação de recursos públicos.



Serys diz que jamais fez mau uso do dinheiro público

Magno Malta afirma que não fez emendas para a saúde

Após ter sido denunciado por envolvimento com irregularidades na compra de ambulâncias com verbas de emendas parlamentares, o senador Magno Malta (PL-ES) enviou ofício ao presidente do Senado, Renan Calheiros, rebatendo as acusações “de cunho calunioso e difamatório”. A inclusão de seu nome entre os suspeitos de ligação com a máfia das ambulâncias foi encarada por ele como um contra-senso, pois nenhuma das cinco emendas orçamentárias que teria apresentado como deputado federal e senador, já pagas, é da área de saúde.

“Trata-se de uma denúncia espúria que não se sustenta. Não tenho do que me defender. Meu sigilo já está à disposição da Justiça e do Ministério Público”, afirma o senador, no ofício lido em Plenário.

Além de assinalar a autoria do requerimento de instalação da CPI dos Bingos e o apoio à cria-

ção da CPI dos Sanguessugas, Magno Malta destacou, no ofício, sua luta contra as drogas e o crime organizado. Ele insinuou que a denúncia seria retaliação pelo “trabalho honesto e pela busca da punição para quem rouba dinheiro público” realizado, principalmente, à frente da CPI do Narcotráfico.

Sobre o assunto, Renan ponderou que a todos é dada a presunção de inocência, reiterando que não irá “colaborar com o linchamento de ninguém”. O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) considerou acertada a decisão de Magno Malta, que está em missão nos Estados Unidos, de enviar esclarecimentos ao Senado.

Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou pelo cuidado e pela responsabilidade na divulgação de eventuais denúncias contra parlamentares pela CPI dos Sanguessugas. “É preciso ter serenidade e isenção”, recomendou o senador.

ACM quer CPI sobre desvios no Orçamento

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou requerimento com 34 assinaturas para a criação de uma CPI para apurar “as sucessivas denúncias de mau uso de recursos públicos” na execução do Orçamento Geral da União nos exercícios de 2005 e 2006.

Se criada, a CPI deverá contar com 11 senadores titulares e seis suplentes. O prazo para o funcionamento da comissão será de 180 dias.

– O pedido, pelo Ministério Público Federal, de indiciamento de 40 pessoas e os relatórios das recém-concluídas CPIs comprovam a existência de graves irregularidades no trato da coisa pública – alega Antonio Carlos Magalhães, ao se referir ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que, em abril deste ano, pediu

o indiciamento de 40 pessoas citadas pelo relatório final da CPI dos Correios, envolvidas no esquema do mensalão.

O senador ressalta ainda que as denúncias que suscitaram a criação da CPI dos Sanguessugas demonstram que “os problemas no Orçamento persistem e as investigações que são feitas, mesmo quando chegam a punições, não atingem e nem alteram as causas da corrupção, que estão fincadas no processo viciado de elaboração e execução orçamentária”.

Antonio Carlos Magalhães destaca também que a comissão pretende atuar especialmente na identificação “das práticas, legais ou ilegais, legítimas ou ilegítimas, que, distorcendo a vontade do legislador, levam ao desperdício e à malversação de recursos públicos”.

Senadores defendem união contra crime

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu ao governo de São Paulo que aceite o apoio da Força Nacional de Segurança Pública para combater o crime organizado que voltou a promover ataques no estado. Ele argumentou, em discurso na quinta-feira, que isso só será possível com a união de forças de todos os níveis do Poder Executivo, além dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Suplicy disse que, apesar da experiência e da capacidade das polícias civil e militar de São Paulo, a Força Nacional pode colaborar, já que ela foi treinada para atuar em situações como a que está ocorrendo na capital paulista. O senador ainda repudiou as acusações de que haveria ligações entre o PT e o Primeiro Comando da Capital (PCC), grupo criminoso ao qual são atribuídos os ataques.

Governo precisa articular política de segurança pública, diz Alvaro Dias

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), não basta anunciar ajuda, solidariedade e colaboração aos estados quando ocorre a tragédia. É preciso que o governo federal seja o grande articulador da política de segurança no país, mobilizando todas as unidades da Federação, todos os poderes, as polícias, numa força-tarefa para combater o crime organizado. Ele condenou a falta de recursos para o combate ao crime organizado e defendeu a im-

plementação do orçamento impositivo.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou o governo por permanecer “de braços cruzados” e nada fazer para combater o “morticínio dos homens que dão segurança aos cidadãos”.

– O Brasil caminha para um descalabro administrativo tão grande que as forças que deveriam manter a ordem vão ter que acabar tomando o lado dos criminosos para não morrerem. Ou nos unimos para repelir esse gangsterismo, ou vamos para o caos – declarou o senador.

Romeu Tuma (PFL-SP) sugeriu em Plenário que o governo de São Paulo forneça armas aos guardas e agentes penitenciários e se responsabilize pela sua manutenção e pelo seu uso. Fez a sugestão contrariando a Portaria 315/06 do Ministério da Justiça que autoriza os agentes a comercializarem diretamente as armas.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) também apontou a falta de liberação de verbas para a área de segurança pública.

– O Orçamento é uma peça de ficção, que o governo manipula a seu bel-prazer – frisou.

Ao se solidarizar com as vítimas dos atentados em São Paulo, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que “infelizmente os presídios brasileiros continuam alimentando o crime organizado que há nas ruas, matando policiais e civis inocentes”.

PLENÁRIO

2.300 matérias e seis CPIs em 18 meses

Nos jornais, as notícias sobre o Senado se referem praticamente apenas às CPIs – foram seis desde janeiro de 2005, das quais uma ainda funciona (Sanguessugas). Mas nos últimos 18 meses os senadores continuaram a discutir e a votar projetos de interesse do país. Mais de 2.300 matérias foram votadas, das quais 1.200 depois de junho de 2005, mês em que estourou a crise política e começaram a funcionar as CPIs que escandalizaram o país – Correios, Mensalão, Bingos e Sanguessugas.

Na primeira quinzena de julho, a pauta do Plenário do Senado apresentou poucos projetos

prontos para votação, depois de ter enfrentado às vezes 20 dias seguidos de paralisação provocada por medidas provisórias com prazo de votação no limite – após 45 dias, uma medida provisória tranca toda a votação, até que seja apreciada.

No primeiro semestre deste ano, por exemplo, dos 66 dias de sessão deliberativa, 54 ficaram com pauta travada por MPs. Nos dias de pauta desobstruída no primeiro semestre, os senadores votaram nada menos que 574 matérias. Em apenas uma tarde e início da noite, eles conseguiram examinar mais de 40 matérias, como no dia 4 deste mês.



Os senadores conseguiram votar 40 projetos entre a tarde e o início da noite do dia 4 de julho

Pela primeira vez em 16 anos, a maioria das leis que entraram em vigor em 2005 teve iniciativa no Congresso. Isso se deve inclusive à pressão do Parlamento contra o uso de medidas provisórias pelo Executivo. Em 2004, o Congresso votou 87 MPs, número que caiu para 29 em 2005 e 24 no primeiro semestre deste ano.

O ano de 2006 começou com uma convocação extraordinária do Congresso, para que as CPIs não fossem paralisadas. Nos 29 dias da convocação, os senadores

votaram 123 matérias. A mais noticiada, depois da CPI dos Correios, foi o projeto que reduziu o recesso parlamentar de 90 para 55 dias. Também foi votada a proibição de pagamento de ajuda de custo a parlamentares durante as convocações extraordinárias.

Ainda na convocação, foi aprovado o projeto que autoriza o governo a conceder a empresas a exploração de florestas nacionais. Foi acatada ainda a reforma do Judiciário e mudanças no rito de tramitação de MPs.

No primeiro semestre, marcado pelos trabalhos da CPI dos Bingos, os senadores votaram projetos como a criação do Fundeb, a reapetuação das dívidas dos agricultores do Nordeste, a mudança nas faixas de tributação do Simples e o reajuste da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física.

Na primeira semana de julho, o Senado acolheu, depois de anos de debate, o marco regulatório do saneamento básico. Também foi aprovada a implantação do orçamento impositivo.

Em 2006, uma rotina de decisões importantes

⇒ Pacote antiviolação

Em maio de 2006 foram aprovadas dez proposições que compõem um pacote antiviolação, entre eles o PLS 140/05, que disciplina a reparação de dano decorrente da prática de infração penal; o PLS 474/03, que aumenta os prazos prescricionais para diversos crimes; e o PLS 179/05, que institui o regime disciplinar diferenciado de segurança máxima - todos de autoria do senador Demostenes Torres (PFL-GO). Também foi aprovado o PLS 220/03, que cria o Programa de Subsídio Habitacional para Policiais Militares e Cívicos, de autoria do presidente do Senado, Renan Calheiros.

⇒ Proibida a redução da pena de 30 anos

O cumprimento de pena privativa de liberdade, atualmente fixado no período máximo de 30 anos, não poderá ser reduzido por meio de benefícios legais, conforme o PLS 186/04, aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

⇒ Marco regulatório do saneamento

O Plenário aprovou o relatório final da Comissão Especial Mista de Saneamento - com substitutivo do relator, deputado Julio Lopes (PP-RJ) - que propõe diretrizes gerais para a política de saneamento básico no Brasil. Presidida pelo senador César Borges (PFL-BA), a comissão foi criada para consolidar duas propostas de marco regulatório para o setor: o PLS 155/05, proposto pelo senador licenciado Gerson Camata (PMDB-ES), e o PL 5.296/05, proposto pelo Ministério das Cidades, em defesa dos interesses dos municípios.

⇒ Fundeb

Acordo entre os líderes do Senado assegurou a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). A expectativa é que o fundo amplie de 31 para 48 milhões o número de crianças atendidas pela educação básica, aumente substancialmente os recursos disponíveis e a participação da União no fundo, além de melhorar a distribuição do dinheiro entre os entes federativos.

⇒ Aumento dos aposentados e pensionistas

A MP 288/06 aumentou o salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350 e estendeu o aumento dado, a partir de 1º de abril de 2006, a todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social. Mas o governo vetou o dispositivo referente aos aposentados, acrescentado à matéria pelos deputados.

⇒ Política Nacional de Agricultura Familiar

O PLC 32/06 estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado e foi à sanção presidencial.

⇒ Violência contra a mulher

O PLC 37/06 criou mecanismos para coibir a violência doméstica

e familiar contra a mulher, tornando mais rígidas as punições para os agressores e instituindo uma vara judiciária especial para tratar desse tipo de crime.

⇒ Política audiovisual

Foram aprovadas duas matérias para estimular a produção audiovisual brasileira: o PLC 47/06, que prorrogou os incentivos fiscais para a aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica; e o PLS 361/05, que prorrogou até 2016 o prazo para dedução do IR devido dos investimentos na compra de cotas de comercialização de produções independentes.

⇒ Regimento Interno

O Regimento Interno do Senado Federal foi modificado para disciplinar a representação partidária nos colegiados; o acesso à palavra; a tramitação em conjunto de proposições legislativas; a retirada de proposições e as decisões tomadas mediante acordo de lideranças. Esse foi um primeiro passo em direção à fidelidade partidária.

⇒ Empregadas domésticas

A MP 284 dá ao empregador doméstico que registrar o trabalhador a seu serviço direito de descontar no Imposto de Renda a contribuição feita junto ao INSS para o empregado doméstico.

⇒ Renegociação de dívida na região da Adene

A MP 285/06 autoriza a renegociação das dívidas contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, na região da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

⇒ Repasse a estados e municípios para compensação por exportações

A União foi autorizada pelo Senado, por meio da MP 271/05, a repassar mais R\$ 900 milhões para os estados, Distrito Federal e municípios, a título de compensação por prejuízos com as exportações.

⇒ Imposto na nota fiscal

O PLS 174/06 estabelece que seja discriminado, na nota fiscal, o montante referente a impostos que estão sendo repassados ao consumidor. A proposta determina que na nota fiscal, no cupom ou em qualquer documento equivalente, emitido no ato da compra, deve constar a informação do valor aproximado correspondente aos tributos federais, estaduais e municipais. Os dados poderão ser divulgados, ainda, em painel afixado em local visível do estabelecimento ou outros meios.

⇒ Tráfico internacional de pessoas

Pelo PLS 15/06, o Código Penal é modificado para definir como crime o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração. A iniciativa resultou da preocupação com o fato de que, em 2005, 30,8 mil brasileiros foram presos tentando atravessar ilegalmente a fronteira do México com

os Estados Unidos.

⇒ Crimes contra o sistema financeiro

O PLS 439/03 agrava punições para quem praticar crime contra o sistema financeiro nacional. Esses crimes terão suas penas agravadas e a liberdade provisória somente poderá ser concedida mediante fiança, cujo valor será estabelecido levando-se em conta a vantagem auferida com a prática do crime, conforme apurado na investigação.

⇒ Correção da tabela do Imposto de Renda

Pela MP 280/06, foi reajustada em 8% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, válida desde 1º de fevereiro de 2006. A partir da alteração ocorrida, foi aprovado no mesmo texto o dispositivo que concede às empresas em débito com o fisco um prazo de 120 dias para aderirem ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

⇒ Concessão de liminar por maioria do STF

Aprovado na CCJ, o PLS 50/06 impede a concessão de liminares, pelo Supremo Tribunal Federal, por apenas um ministro, ou seja, em decisão monocrática, em mandados de segurança contra ato do STF, do presidente da República, das Mesas e das comissões do Congresso Nacional ou de suas Casas.

⇒ Renovação de carteira de motorista

Em decisão terminativa na CCJ, o PLS 276/05 dispensa a exigência dos cursos de direção defensiva e de primeiros socorros, no momento da renovação da carteira, para os motoristas das categorias A e B que tenham sido originalmente habilitados sem cumprir esse requisito.

⇒ Minirreforma eleitoral

Substitutivo da Câmara ao PLS 275/05, sobre gastos nas campanhas eleitorais, aumenta a transparência nos financiamentos e na prestação de contas das despesas com campanha, além de aumentar as penalidades para quem desrespeitar a legislação.

⇒ Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

O substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 85/01 regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O projeto reduziu de 60% para 40% o limite de contingenciamento pela União dos recursos dos fundos de ciência e tecnologia (C&T).

⇒ Sindicalização dos empregados de entidades sindicais

O PLC 28/05 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para assegurar o direito de sindicalização aos empregados de entidades sindicais.

⇒ MP do Simples

A MP 275/05 modifica as faixas de tributação do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), numa adaptação ao aumento dos valores de faturamento determinada pela Lei 11.196/05 (proveniente da chamada MP do Bem, aprovada em 2005).

Voz do Leitor

ENSINO PARA VEREADORES

“Gostaria de comentar a formação acadêmica de muitos vereadores. Ela é precária demais, e muitos deles não possuem nem o 2º grau completo, principalmente quando se trata das pequenas cidades no interior do Brasil. Sugiro um projeto de lei que tenha o objetivo de sanar essa deficiência do Poder Legislativo municipal.”

Alan da Silva Rios, de Campo Formoso (BA)

PRODUTORES RURAIS

“Solicito aos senadores que lutem para melhorar as condições de trabalho dos produtores rurais no Brasil, pois a situação desses produtores está muito ruim e o governo federal não está tomando nenhuma providência no sentido de melhorar essa área.”

Cândido de Matos Gomes, de Reserva (PR)

DIVULGAÇÃO

“Gostaria de registrar meus parabéns pelo excelente trabalho de divulgação que vocês, do *Jornal do Senado*, têm apresentado. Isso deve ser mantido, pois deixar o cidadão a par dos acontecimentos políticos é ressaltar nossa democracia”.

Flávio Risther Moraes, de São Sebastião (SP)

INSTRUÇÃO

“Os benefícios da instrução nunca são perdidos. O poder não é a prova suficiente da verdade. A felicidade não depende do que nos falta, mas do bom uso que fazemos do que temos. A guerra é um mal que desonra o gênero humano. A leitura faz o homem completo; a conversa torna-o ágil e o escrever torna-o preci-

so. A educação é como moeda de ouro, tem valor em toda parte. O esforço na luta valoriza o prêmio da vitória.”

ONG Ensino e Educação, de Santos (SP)

PARANÁ

“Senadores do Paraná, peço que interfiram pelo município de Cascavel, que necessita de maior desenvolvimento urbano, social e econômico. A cidade deve atrair indústrias e conseqüentemente empregos serão gerados. Melhorias no transporte coletivo também são necessárias. Essa cidade apresenta grande atraso econômico e, sendo assim, precisa progredir.”

Sérgio Augusto Dibner Maravalhas, de Curitiba (PR)

APOSENTADORIA

“Sugiro que se crie aposentadoria para mães de deficientes, já que estas não têm condições de trabalhar por se dedicarem exclusivamente aos seus filhos.”

Rosana de Fátima Malaquias, de União Paulista (SP)

AUXÍLIO-MATERNIDADE

“Sugiro a apresentação de um projeto de lei que dê o direito de auxílio-maternidade para trabalhadoras rurais e informais.”

Adão Gomes, de São João do Meriti (RJ)

IMPUNIDADE

“Os maiores bandidos do Brasil estão no Congresso Nacional e nas cadeias brasileiras. Esse mar de violência só está acontecendo em virtude do grande sentimento de impunidade que revolta a sociedade brasileira.”

Murilo Augusto de Medeiros, de Mamanguape (PB)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

NÚMERO MENOR DE VEREADORES

Leidson Rangel Oliveira Silva, de Aracaju (CE)

“Senador Almeida Lima, com a redução no número de vereadores eleitos na última eleição houve economia de dinheiro público? Ou os gastos permaneceram os mesmos com os aumentos ocorridos nos salários?”

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) responde:



Em princípio, Leidson, com a diminuição do número de vereadores, é claro que houve também redução nas despesas. São menos vereadores a receberem. No entanto, os repasses do Executivo ao Legislativo permaneceram os mesmos. Evidentemente, aquela Câmara de Vereadores cuja mesa diretora é consciente dos seus deveres, se passou a ter menos vereadores, não gastou o dinheiro excedente. As câmaras não deveriam utilizar os recursos que ficaram disponíveis com a redução de vereadores para pagar outras despesas. A Constituição estabelece um teto máximo, mas isso não quer dizer que esse teto deva ser consumido. Sou favorável, Leidson, não apenas à redução no número de vereadores, como também do percentual de repasse do duodécimo para a Câmara de Vereadores. Tenho projeto de emenda à Constituição nesse sentido tramitando aqui na Comissão de Constituição e Justiça do Senado que reduz substancialmente o número de vereadores como também do repasse.

QUALIDADE DE VIDA PARA OS JOVENS

João Antônio Pinheiro Camargo, de Catalão (GO)

“Senadora Lúcia Vânia, na visão da senhora, que ações realmente trariam uma melhor qualidade de vida para os jovens brasileiros? O ProUni, do governo Lula, atendeu às expectativas?”

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) responde:



A pergunta que você me faz, João Antônio, é muito importante, porque aqui, no Senado Federal, muitas propostas que discutimos e aprovamos acabaram transformando-se em programas e em leis voltadas para o bem-estar da nossa população.

Entre as iniciativas, podemos destacar o Programa do Primeiro Emprego; o Estatuto do Idoso, que representou um grande avanço para a terceira idade; vários projetos de humanização de hospitais, como o apoio à mulher na hora do parto, e também projetos voltados para a educação. O ProUni foi um dos projetos que discutimos e aprovamos aqui, e não podemos discordar da sua importância, na medida que ele tem como objetivo beneficiar a população brasileira. O programa é importante, mas temos outro grande desafio, que é melhorar a qualidade das universidades brasileiras.

É urgente que a reforma universitária seja aprovada, para garantir a autonomia dessas instituições. É fundamental que, junto com programas como o ProUni, ocorra também a reforma do ensino superior, para que as universidades brasileiras possam responder de fato ao que precisamos.

Frases

“Se persistir esse arrocho, em dez anos nenhum aposentado ou pensionista do INSS receberá mais do que o salário mínimo, embora tenha contribuído com dez vezes mais, e tenha tido, na ativa, salários de até 50 vezes mais”

Alvaro Dias, ao comentar veto do presidente da República ao reajuste de 16,67% nos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS.

“Lula não é igual a Fernanda Montenegro, que é uma grande atriz. Ele não passa de um mambembe. Lula é igual a Bia Falcão. A maldade é a mesma”

Antonio Carlos Magalhães, sobre o veto presidencial ao reajuste dos aposentados.

“Foi uma forma açodada de fazer as coisas, na ânsia política de conseguir assento no Conselho de Segurança da ONU, e que vai trazer dificuldades ao parque industrial brasileiro”

Flexa Ribeiro, afirmando que o governo cometeu uma extravagância ao considerar a China uma economia de mercado.

“Há crise na Previdência Social. Qual é a proposta dos candidatos? Se têm, não dizem, por ser impopular. Não têm coragem porque são demagogos. Como está, a Previdência não pode ficar. É preciso reformá-la”

Jefferson Péres, acusando os candidatos à Presidência da República de nem sequer mencionarem “a necessária reforma da Previdência”.

“Pelo que fui informado, eles [os empresários] estão tentando passar a imagem de que foram os missionários do bem e nós, parlamentares, os emissários do Apocalipse”

Amir Lando, relator da CPI dos Sanguessugas, ao comentar que o benefício legal da delação premiada muitas vezes resulta em excessos.

“Se há responsáveis pelo problema da segurança pública, são todos os últimos governos, inclusive nós, membros do Congresso Nacional”

Eduardo Suplicy, sobre a crise de violência vivida pelo estado de São Paulo.

Foto da Semana

Cópia do interrogatório do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin à Justiça Federal em Mato Grosso foi enviada à CPI dos Sanguessugas. O documento, de 151 páginas, é resultado do depoimento prestado durante dez dias. O relator e o presidente da comissão, senador Amir Lando (segundo à esquerda) e deputado Antonio Carlos Biscaia, já deram uma olhada no material, acompanhados pelo sub-relator Carlos Sampaio (D)



GERALDO MAGELA

Política de cotas é tema de debate

O Congresso Nacional discute uma forma de garantir mais acesso da população negra ao ensino superior. De acordo com a Universidade de Brasília, apesar de os negros representarem 45% dos brasileiros, apenas 2% deles são universitários. Uma das opções mais polêmicas para equilibrar esses números é a reserva de vagas nas universidades públicas, conhecida como política de cotas. A idéia enfrenta resistências inclusive do movimento negro. Na outra ponta, surge a discussão sobre as cotas sociais, que levam em conta o nível de renda como fator de reserva de

vaga. Para esclarecer esses temas, o *Conexão Senado* debate o assunto na Rádio Senado a partir das 12h desta segunda-feira.

José Cândido de Carvalho, autor de *O Coronel e o Lobisomem* e escritor dos contos mais engraçados e originais da literatura nacional, é o destaque do programa *Prosa e Verso*, no sábado, às 9h, com reprise no domingo, às 16h.

As canções de Toquinho no Escala Brasileira

O *Escala Brasileira*, nesta quinta-feira, às 23h, é dedicado ao violonista Toquinho, que estudou com Paulinho Nogueira e



ANA CAROLINA FERNANDES/FOLHA IMAGEM

A parceria entre Toquinho e Vinicius de Moraes rendeu um repertório de cerca de 120 canções, entre elas *Tarde em Itapoã*

outros professores consagrados. Nos anos 60 começou a se apresentar ao lado de Chico Buarque, Taiguara, Sérgio Ricardo e outros. No final da década, em 1969, foi para a Itália, onde passou seis meses e se apresentou com Chico Buarque e Josephine Baker. De volta ao Brasil gravou LP que inclui *Que Maravilha*, em parceria com Jorge Ben Jor.

Nos anos 70 sua parceria com

Vinicius de Moraes se consolidou, compondo cerca de 120 músicas com o poeta, entre elas *Tarde em Itapoã* e *Regra Três*. No programa, entre outras canções, ele toca *A Água Negra da Lagoa*, *A Tonga da Mironga do Kabuletê*, *Aquarela* e *Asa Branca*.

Para informações sobre a Rádio e a TV Senado, acesse www.senado.gov.br/radio e www.senado.gov.br/tv.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Obra descreve o início da nação brasileira

A primeira edição de *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolpho de Varnhagen, diplomata e historiador brasileiro, contém fac-símiles de documentos importantes da história do país. Traz, por exemplo, a minuta das instruções dadas a Pedro Álvares Cabral, que levaram ao descobrimento do Brasil.

A obra, de 1854, foi dedicada ao imperador dom Pedro II, que, de acordo com o autor, entendia

“o valor do estudo da história pátria para o esplendor da nação, a instrução dos súditos e o bom governo do país”. Assim, Varnhagen achava que sua obra contribuiria para a honra da monarquia no concerto das nações civilizadas.

Considerado por especialistas como o criador da história pátria, Varnhagen tornou-se barão por decreto, em 1872, e Visconde de Porto Seguro, em 1874.



Primeira edição de *História Geral do Brasil* documenta momentos como a chegada de Cabral no país

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História Geral do Brasil, isto é, do seu descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independência e do império, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1854-1857. 2 v., il.

As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, foram produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no site www.senado.gov.br/sf/biblioteca, pelo e-mail sbib@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-3943.

SENADO

BID está perto de apoiar Interlegis 2

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) demonstrou “grande interesse” na concessão de um empréstimo no valor de US\$ 32 milhões para a segunda fase do programa Interlegis – comunidade virtual do Poder Legislativo. Nessa etapa (Interlegis 2), que teria contrapartida do governo no mesmo valor, a intenção é aprimorar os sistemas de comunicação e de interatividade; ampliar em cerca de 2 mil os municípios a receberem computadores; e ministrar treinamentos às câmaras de vereadores e assembleias legislativas, para dar mais eficiência à fiscalização dos executivos municipais e estaduais.

– Esta é uma experiência que o banco quer seguir apoiando, até para transferir os conhecimentos



Agaciél (à direita) espera apoio do BID, “fundamental para o aprimoramento da democracia e a ampliação da cidadania”

aos legislativos de outros países – disse Pablo Valenti, especialista em Modernização do Estado do BID, durante reunião com o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia; o diretor do Interlegis,

Márcio Sampaio Leão Marques; o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Armando Rollemberg; e o especialista em Reforma e Modernização do Estado do BID, Jose Navia.

Prodasen participa de evento sobre serviços de informática

A Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen) participou do *workshop* Contratação de Serviços de Informática, promovido pela Comunidade de Gestores de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle da Gestão Pública, criada em abril passado.

O evento, realizado no Tribunal de Contas da União (TCU), serviu para que os 300 participantes dos órgãos que compõem a comunidade – TCU, Controladoria Geral da União, Procuradoria Geral da República, Senado, Câmara, Ministério da Justiça e Supremo Tribunal Federal – realizem intercâmbio de informações.

Jornal do Senado atualiza cadastro de leitores

O *Jornal do Senado* está recadastrando seus leitores. Os primeiros serão os do Distrito Federal e entorno, que têm até 20 de julho para devolver preenchido o formulário enviado pelo Correio. A partir dessa data, as assinaturas não renovadas perderão a validade. O recadastramento dos leitores de outras partes do país será feito a partir de agosto. A medida permitirá excluir assinantes com endereço desatualizado ou que não têm mais interesse em receber o jornal. Mais informações no site: www.senado.gov.br/jornal.

Aconteceu no Senado

Lei que proíbe fumo em local fechado faz dez anos

A Lei 9.294, que restringe o uso e a propaganda de produtos fumígenos, como cigarro e charuto, completou dez anos no último sábado – 15 de julho. A lei proíbe o fumo em recintos fechados e coletivos, como bares e restaurantes, tanto privados como públicos, com exceção dos locais arejados e destinados a fumantes.

Durante esta década, foram incorporadas muitas alterações à lei, em especial pela forte campanha de combate ao tabagismo e seus males.

Em 1999, durante a 52ª Assembleia Mundial da Saúde, os Estados-membros das Nações Unidas propuseram a adoção do primeiro tratado internacional de saúde pública: a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que tem o objetivo de deter a expansão do consumo do tabaco e os danos que causa à saúde. No Brasil, o

tratado está no Senado, aguardando ratificação.

Apesar da lei, o assunto ainda é bastante debatido pelos senadores. Em 2001, o Executivo apresentou medida provisória tornando obrigatória a exibição de estampas sobre os males causados pelo fumo nos pacotes e maços de cigarros.

À época, o senador Tião Viana (PT-AC), que é médico, elogiou o governo pela atitude mais agressiva de alertar os consumidores sobre as conseqüências do hábito de fumar, investindo mais em prevenção, já que milhões de reais são gastos anualmente pelo Ministério da Saúde para o tratamento de doenças causadas pelo fumo.

– Então é correto rever a política, que



Aprovada a lei, Senado determinou áreas externas próprias para fumantes

deve ser agressiva pelo resultado que se quer colher, que é o de reduzir o número de pessoas com câncer de pulmão pelo

uso do cigarro e pessoas comprometidas na sua função respiratória pelo uso do cigarro também – disse Tião Viana.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Arte: é preciso registrar esse patrimônio

A chegada da internet, do CD e de outras tecnologias que permitem reproduzir obras intelectuais de forma perfeita, sem que se possa distinguir o original da cópia, e o avanço científico de maneira geral tornaram o direito autoral ainda mais controverso.

Há os que defendem o direito incondicional à autoria como único incentivo capaz de garantir a continuidade do esforço dos criadores e os que pensam que o direito autoral termina onde começa a necessidade dos mais pobres, sob o argumento de que é preciso baratear itens es-

senciais como medicamentos e os computadores e seus programas. Sem contar que está cada vez mais difícil combater a pirataria pura e simples.

No Brasil, é urgente aumentar o número de obras registradas, essenciais ao crescimento econômico, reduzindo a burocracia e conscientizando o cidadão de que essas obras são patrimônio de todos.

Fechando a série sobre direito autoral, veja nesta edição do *Especial Cidadania* como registrar obras de artes plásticas, filmes e projetos arquitetônicos e de engenharia.



Obra da escultora Tomie Ohtake, exposta em centro cultural de Brasília: trabalho único

O “caminho das pedras” para filmes e obras audiovisuais

O registro deve ser solicitado à Agência Nacional do Cinema (Ancine), que emite o Certificado de Produto Brasileiro (CPB) para obras audiovisuais não publicitárias brasileiras. O CPB é gratuito e equivale à certidão de nascimento da obra, comprovando sua nacionalidade para efeito de incentivos fiscais, inscrição em mostras, festivais e prêmios, e para exportação.

Para solicitar o CPB a pessoa deve primeiro se cadastrar na Ancine, encaminhando cópia do CPF, da identidade, da inscrição no INSS e no ISS, quando for o caso, e cópia do comprovante de residência. Em seguida, deve solicitar o CPB por meio de requerimento à Ancine (ver *Endereços*), acompanhado dos seguintes documentos e informações:

- a) comprovação do registro na Ancine;
- b) identificação da obra;
- c) cópia da nota fiscal emitida pelo laboratório que fez a primeira cópia ou, caso não haja, uma cópia da obra;
- d) cópia do contrato firmado com o diretor, e da identidade dele;
- e) relação de artistas e técnicos que realizaram a obra, inclusive do produtor quando pessoa física, com indicação de nome, função, número de RG e registro no Ministério do Trabalho;
- f) roteiro musical, acompanhado de termo de responsabilidade sobre o uso das obras musicais;
- g) cópia do contrato firmado com o(s) roteirista(s);
- h) declaração de titularidade patrimonial sobre a obra, descrevendo a participação de cada co-produtor;
- i) cópia do contrato de co-produção e todos os seus aditivos, quando houver;
- j) cópia do contrato com terceiros que implique alienação de direitos patrimoniais sobre a obra.

Para vender os direitos sobre a obra ou para explorá-la comercialmente, é preciso solicitar também o Certificado de Registro de Título (CRT) e recolher a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), paga a cada cinco anos, cujo valor varia de acordo com o mercado a que está destinada a obra. As instruções estão na página www.ancine.gov.br (Legislação/Instruções Normativas/Instruções 25 e 26).

Já para registrar obra audiovisual publicitária, consulte as instruções normativas 6, 7 e 33 da Ancine.

Roteiro do autor de obra de arte

Segundo a Lei do Direito Autoral (9.610/98), pinturas, aquarelas, gravuras, esculturas, litografias, desenhos (de personagens, de jóias, de logomarcas, etc.) e fotografias podem ser registradas como obras de arte na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Veja como:

1. Imprima e preencha o formulário oferecido no endereço www.eba.ufrj.br/direitosautorais/home.html. Não esqueça de preencher o final e o verso do formulário, pois na falta de qualquer informação o pedido será devolvido para os acertos necessários. Lembre-se de que você é inteiramente responsável pelas informações prestadas.

2. Anexe a cada pedido duas reproduções legíveis da obra (fotografia, cópia xerox etc.), assinadas pelo autor, com tamanho de 10cm por 20cm. É importante enviar

uma reprodução de qualidade porque a impressão pode desbotar com o tempo e a Escola de Belas Artes não se responsabiliza pela nitidez do material arquivado.

3. Junte cheque nominal à Fundação Universitária José Bonifácio, ou comprovante de depósito bancário em nome da Fundação Universitária José Bonifácio, conta 7333-4 da agência 0287-9 do Banco do Brasil, sob o código de apostila 7033-5, no valor de R\$ 70.

4. Caso deseje solicitar uma busca para saber se a obra foi registrada nos últimos três anos, o valor cobrado é R\$ 260.

5. Envie o pedido pelo correio ou entregue pessoalmente na Escola de Belas Artes (ver *Endereços*).

6. Os registros concedidos são devolvidos pelo correio, registrados, ou podem ser retirados no mesmo local de entrega do pedido.

Obras de engenharia e arquitetura são com o Confea

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) é a instituição responsável pelo registro de projetos, esboços e obras plásticas relativos à engenharia, arquitetura, agronomia e demais profissões afins.

O registro é feito no Confea pelo autor. No caso de pessoa jurídica, esta deverá juntar ao seu requerimento uma declaração de cessão de direitos patrimoniais assinada pelo autor.

Para solicitar o registro, basta dirigir-se ao Conselho

Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) mais próximo (ver *Endereços*), preencher o formulário de requerimento, anexar dois exemplares da obra ou fotografias perfeitamente nítidas, com no mínimo 18cm por 24cm, juntar o comprovante de depósito da taxa (R\$ 120 na conta corrente 193.227-6 da agência 0452-9 do Banco do Brasil) e entregar.

O Crea enviará o pedido ao Confea e, efetuado o registro, ele será devolvido para entrega ao interessado.

Projetos de lei

PLS 253/02 – Altera o artigo 184 do Código Penal, para incluir outras formas de violações aos direitos autorais.

PLC 2/06 – Inclui as normas técnicas como obras protegidas pela lei dos direitos autorais.

PL 6.980/02 – Estabelece a inexistência de ofensa e a desnecessidade de pagamento de direitos autorais quando se tratar de eventos realizados em hospitais, clubes sociais, associações, instituições esportivas, religiosas ou beneficentes, sem intuito de lucro.

PL 6.136/02 – Dispõe sobre a isenção, às rádios comunitárias e difusoras, do pagamento de direitos autorais ao Ecad e das taxas ao Departamento de Polícia Administrativa.

PL 6.088/02 – Inclui a exigência de se publicar o fonograma com a indicação do nome e pseudônimo do autor e do produtor.

PL 5.298/01 – Isenta as emissoras de radiodifusão comunitária, as proprietárias de hotéis, motéis ou similares e de transporte, do recolhimento de

direitos autorais sobre execução de composição musical.

PL 4.499/01 – Define que o escritório central de arrecadação e distribuição de direitos autorais se constituirá na forma de sociedade civil sem fins lucrativos, através das associações de autores.

PL 4.429/01 – Isenta as prefeituras municipais do pagamento de taxas ao escritório central dos direitos autorais, quando realizam eventos públicos gratuitos, sem remuneração aos participantes.

PL 1.940/99 – Cria associações para arrecadar e distribuir, distribuir e fiscalizar os direitos autorais, extinguindo o escritório central.

PL 1.557/99 – Cria associações para arrecadar e distribuir os direitos autorais e extingue o escritório central.

PL 3.968/97 – Isenta os órgãos públicos e as entidades filantrópicas do pagamento de direitos autorais pelo uso de obras musicais e lítero-musicais em eventos por eles promovidos.



Endereços

Agência Nacional de Cinema (Ancine)
Superintendência de Registro, Controle e Fiscalização
– Coordenação de Registro
Praça Pio X, 54 – 10º andar – Centro
Rio de Janeiro (RJ) – CEP 20091-040
(21) 2233-6150/6953 – www.ancine.gov.br

Escola de Belas Artes da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Avenida do Ipê, 550, Prédio da Reitoria, sala 723
Ilha do Fundão – Rio de Janeiro (RJ) – CEP 21949-970
(21) 2598-1649 – www.eba.ufrj.br

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea)
SEPN, Quadra 508, Bloco B – Asa Norte
Brasília (DF) – CEP 70740-542
(61) 348-3700/3705/3703 – www.confea.org.br
(acesso aos endereços e telefones de todos os Creas)

Ministério da Cultura
Esplanada dos Ministérios, Bloco B
Brasília (DF) – CEP 70068-900
(61) 3901-3807/3853
www.cultura.gov.br